

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

NATHÁLIA BERMUDES ALVES DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO
AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM VILA VELHA - ES**

**SÃO MATEUS
2019**

NATHÁLIA BERMUDES ALVES DA SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL EM VILA VELHA – ES

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do
Cricaré para obtenção do título de Mestre em Gestão
Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Gestão Social, Educação e
Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Professora Mestre Luana Frigulha
Guisso.

SÃO MATEUS
2019

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S586e

Silva, Nathália Bermudes Alves da.

Educação inclusiva: um estudo de caso de um aluno autista na educação infantil em Vila Velha - ES / Nathália Bermudes Alves da Silva – São Mateus - ES, 2019.

83 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2019.

Orientação: prof^a. Ma. Luana Frigulha Guisso.

1. Educação Infantil. 2. Educação inclusiva. 3. Autismo. 4. Vila Velha - ES. I. Guisso, Luana Frigulha. II. Título.

CDD: 371.9

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

NATHÁLIA BERMUDES ALVES DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA
ALUNO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM VILA VELHA -
ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 13 de abril de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Daniel Rodrigues Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Josete Pertel
Faculdade Multivix São Mateus

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me abençoado e dado forças para que concluísse mais uma etapa importante em minha vida com muita serenidade e sabedoria.

Aos meus pais Angela Bermudes e Lauro Faria Santos Alves da Silva, por nunca medirem esforços para que eu alcançasse todos os meus objetivos e por todo amor e apoio que me deram no decorrer desta caminhada.

À professora e orientadora Luana, que foi indispensável para o sucesso dessa pesquisa, com a sua dedicação, paciência e apoio.

À Prefeitura Municipal de Vila Velha, em especial a escola em que foi realizada a pesquisa, pela confiança em ter me permitido participar do cotidiano escolar e trazer contribuições para a educação do município.

Aos amigos que fiz ao longo do curso, nas nossas jornadas cansativas para a conclusão de um sonho, por todas as palavras de carinho, o meu muito obrigada.

RESUMO

DA SILVA, Nathália Bermudes Alves. **Educação Inclusiva**: um estudo de caso de um aluno autista na educação infantil em Vila Velha – ES. 2019. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2019.

A presente dissertação tem como objetivo geral estudar a educação inclusiva de um aluno autista no cotidiano do ensino regular da Educação Infantil no município de Vila Velha – ES. O problema da pesquisa se configura em responder “De que modo acontece a Educação Inclusiva de um aluno autista no ensino regular em uma escola pública de Educação Infantil no município de Vila Velha?” A pesquisa proporciona uma discussão necessário aos dias de hoje dentro das escolas para que os profissionais envolvidos no processo de inclusão possam em conjunto atuar para um bem comum, proporcionando uma abordagem diferenciada, valorizando as habilidades e não limitando os educandos e rotulando-os por seus diagnósticos. A opção foi a pesquisa qualitativa, utilizando-se do estudo de caso e uma produção de dados a partir da observação e de questionário com perguntas abertas aos participantes da comunidade escolar, exceto a mãe do aluno, que optou pela entrevista. Na discussão dos dados foi relatada toda a vivência dentro da sala de aula regular, os mecanismos utilizados pela professora e equipe pedagógica com relação ao aluno autista e a participação dos pais nesse processo. Foi possível perceber que uma nova cultura de valorização das diferenças, precisa ser construída, a começar pelo trabalho interdisciplinar e melhoria nas condições de trabalho, tanto no que tange a capacitação dos profissionais, quanto ao oferecimento dos materiais adaptados as limitações dos alunos público alvo da educação especial e investimentos nas condições físicas das escolas. Como produto da pesquisa foi confeccionado uma cartilha digital (*e-book*) para os profissionais que fazem parte do cotidiano escolar com a finalidade de esclarecer mais sobre o diagnóstico do Transtorno Espectro Autismo (TEA) e que torne mais fácil o trabalho pedagógico e o como lidar com as limitações desses alunos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação Inclusiva. Autismo.

ABSTRACT

DA SILVA, Nathália Bermudes Alves. **Inclusive Education**: a case study of an autistic student in early childhood education in Vila Velha – ES. 2019. 73 f. Dissertation (Masters) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2019.

The present dissertation has as general objective the inclusive education of an autistic student in the daily routine of the Early Childhood Education in the municipality of Vila Velha - ES. The research problem is configured to answer "How does the Inclusive Education of an autistic student in regular education in a public school of Early Childhood Education in the municipality of Vila Velha?" The research provides a necessary discussion to the present within the schools so that the professionals involved in the inclusion process can jointly act for a common good, providing a differentiated approach, valuing skills and not limiting learners and labeling them for their diagnoses. The option was the qualitative research, using the case study and a data production from the observation and questionnaire with questions open to the participants of the school community, except the mother of the student, who chose the interview. In the discussion of the data, all the experiences within the regular classroom were described, the mechanisms used by the teacher and the pedagogical team regarding the autistic student and the parents' participation in this process. It was possible to perceive that a new culture of appreciation of differences needs to be constructed, starting with interdisciplinary work and improvement in working conditions, both in terms of the qualification of professionals, and in the offer of materials adapted to the limitations of the target public students special education and investments in the physical conditions of schools. As a research product, a digital booklet (e-book) was prepared for the professionals who are part of the school routine in order to clarify more about the diagnosis Autism Spectrum Disorder (ASD) and to make it easier for the pedagogical work and how to deal with the limitations of these students.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusive education. Autism.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – João brincando com os colegas no parquinho	37
Fotografia 2 – João brincando no escorregador.....	39
Fotografia 3 – João no pula-pula com os colegas	39
Fotografia 4 – João se olhado no espelho	40
Fotografia 5 – João cantando para a turma	42
Fotografia 6 – Colegas assistindo à apresentação de canto	42
Fotografia 7 – João levando a bandeja de copos para a sala de aula.....	43
Fotografia 8 – João observando a tartaruga	44
Fotografia 9 – João tirando foto com as colegas na réplica da tartaruga	45
Fotografia 10 – João fazendo atividade proposta no AEE	47
Fotografia 11 – Desenho realizado por João	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 O TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA: CONCEITOS, CONTEXTO HISTÓRICO.....	17
2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLARIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO E NO MUNICÍPIO DE VILA VELHa	21
2.3 AS PRÁTICAS EM SALA REGULAR E NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA-ES.....	23
2.4 O AUTISMO E OS DISPOSITIVOS LEGAIS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	27
3 METODOLOGIA	30
3.1 LOCAL E OS ATORES DA PESQUISA	30
3.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	32
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
4.1 VIVÊNCIAS NA ESCOLA JUNTO AO ALUNO AUTISTA NA SALA DE AULA DE ENSINO REGULAR.....	34
4.2 EXPERIÊNCIAS ACERCA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	46
4.3 A EQUIPE PEDAGÓGICA E O ENTENDIMENTO SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR.....	49
4.4 AS PERSPECTIVAS DOS PAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR ..	53
5 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DA PESQUISA	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
APÊNDICES	65

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar no Brasil, situa-se hoje em um bom momento se levarmos em conta toda a trajetória percorrida até o surgimento e implementação das políticas públicas hoje em vigor e as discussões cada vez mais embasadas e que acontecem de forma recorrente no cenário atual.

A Educação Especial é associada às características clínicas até os anos de 1980, onde os educandos recebiam avaliações de profissionais de saúde que são responsáveis por diagnósticos e tratamentos. A educação dos alunos público alvo da Educação Especial, não recebia a atenção e importância necessária que o assunto demandava. O objetivo era auxiliar na melhoria das atividades cotidianas para que estes conseguissem desenvolver o básico da sua rotina (MACEDO; CARVALHO; PLETSCHE, 2010).

Mas, o cenário atual é diferente. Hoje, se valoriza a educação para todos, educação essa que abrange aos alunos com deficiência e outras condições atípicas de desenvolvimento. O principal motivo é o reconhecimento e o significativo aumento do investimento em políticas voltadas para a inclusão, com o objetivo de garantir um ensino de qualidade para todos os educandos (GLAT; BLANCO, 2007).

Sob a ótica da educação inclusiva, a educação especial constitui a proposta pedagógica da escola, tendo como seu público-alvo, alunos com deficiência física, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em alguns casos, de transtornos funcionais específicos, existe uma articulação entre a educação especial e a comum, orientando para o atendimento particular que estes alunos necessitam, cada qual com sua peculiaridade.

A Política Nacional de Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva foi criada segundo a ótica de uma instituição de ensino em que cada educando tem possibilidades de aprendizagem, por suas competências e capacidades, e onde o conhecimento se edifica sem resistência ou submissão sobre a composição do currículo, tendo como resultado a promoção de alguns alunos e na marginalização de outros neste processo de educação escolar. Essa educação sugere uma instituição escolar que não segregue os alunos que não atendam os perfis idealizados. A Educação Especial passa por todos os níveis e modalidades de ensino,

oferecendo aos educandos, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos.

A justificativa do presente estudo é proporcionar o debate, que hoje é tão necessário dentro e fora das escolas a respeito da temática, para que os atores deste processo (pais, alunos, educadores) possam em conjunto atuarem para um bem comum, realizando a inclusão, de fato, destes educandos, proporcionando uma abordagem diferenciada, valorizando suas habilidades e não os limitando aos seus fracassos ou rotulando por seus diagnósticos. É preciso dar ênfase para este grupo de alunos, para que seja possível sair da utopia da “educação para todos” e avanços sejam de fato feitos neste âmbito.

Assim, o problema da presente pesquisa é estudar: “De que modo ocorre a Educação Inclusiva de um estudante autista no ensino regular em uma escola pública de Educação Infantil no município de Vila Velha?”.

Como objetivo geral, necessita-se compreender como a Educação Inclusiva de um aluno autista ocorre no ensino regular em uma escola pública de Educação Infantil no município de Vila Velha. Em se tratando de objetivos específicos, o trabalho foi realizado baseado em: Relatar as intervenções realizadas pela educadora com o estudante com necessidades educacionais especiais no cotidiano da sala de aula de ensino regular; verificar a atuação da escola neste processo inclusivo com o apoio do Atendimento Educacional Especializado; Acompanhar a relação dos pais do aluno público alvo de educação especial com a escola no processo de inclusão. E por fim, confeccionar um material em formato de cartilha digital (e-book) visando a inclusão dos alunos, neste caso específico, o autismo, que será disponibilizado à comunidade escolar.

O presente estudo traz contribuições para que se faça entender a escola e sua articulação com a educação especial e suas potencialidades, no que tange a inclusão na sala de aula regular, no Atendimento Educacional Especializado – AEE. A intenção é de deixar claro aos leitores sobre os modos de fazer em sala de aula comum um espaço para todos, independentemente de suas condições, sem exceção. Foi abordado o direito a educação, e o mais importante, o direito à diferença.

Na escola que de fato inclui seus alunos, os desafios se multiplicam, tendo em vista que o pilar da educação já enfrenta muitos percalços. É claro que não podemos omitir que pequenos avanços vêm acontecendo a respeito da inclusão destes alunos, como por exemplo, a melhoria das estruturas das escolas, seus acessos, mas dizer

que os problemas estão resolvidos seria um erro, é o que nos diz Mantoan (2015, p. 10):

Não podemos esquecer que nosso passado recente revela uma história de exclusão escolar das pessoas com deficiência. Por muitas décadas alegando-se incapacidade dos estudantes com deficiência de acompanhar os demais alunos, manteve-se a prática de segregação, reforçada pelo paradigma da normalização.

A inclusão na sala de aula realizada diretamente pelo professor regente, deve considerar a importância de trazer esta temática da diferença/diversidade junto da sala de aula, seja por meio da arte de contação de história, teatro, seja com a participação da família, ou por outros meios, com o objetivo de esclarecer sobre a presença de crianças com deficiência no grupo, trazendo uma aceitação entre eles, compreensão e colaboração, para que desde a infância eles consigam amadurecer a ideia do acolhimento aos diferentes grupos presentes na sociedade (CHICON, *et al.*, 2016, p. 291).

E é este o processo de inclusão que foi abordado no presente estudo. Não a integração, que se baseia na inserção parcial de alunos com deficiência nas escolas comuns e que muitas escolas nos apresentam e dão o nome de inclusão. O retrato atual do cotidiano escolar, as ferramentas utilizadas para que de fato os educandos sejam tratados da mesma maneira, cada um com a sua diferença, o quanto os educadores hoje estão ou não preparados para lidar com este tipo de proposta, porque hoje este também é um grande desafio, tendo em vista que mesmo com alguns anos de engajamento de implementação da inclusão nas escolas, os professores trazem a ideia de que não tem preparo e formação para ensinar estes tipos de alunos, já que os alunos com deficiência sempre foram encaminhados para os professores especialização da área, em classes especiais, tendo o diferencial e sendo assim classificados como profissionais aptos a fazê-los aprender (MITTLER, 2000). É preciso que se destaque a importância da interação entre os alunos, convivendo e entendendo que cada um tem suas particularidades e que isso precisa ser respeitado.

Vivenciamos a cada ano novos avanços tecnológicos, mas ao mesmo tempo nos vemos presos a velhos métodos de ensino, a protocolos tradicionais, que tratam os seres humanos como iguais, e os que destoam, são excluídos e deixados de lado. É necessário que se faça entender que ter algum quadro/diagnóstico que o diferencie dos demais não é um problema, mas um desafio para que os educadores e a escola

avancem nas suas possibilidades. Deste modo a educação inclusiva terá um salto positivo em nosso país, atendendo assim àqueles que realmente precisam deste acompanhamento educacional.

A presente dissertação apresenta a seguinte organização: no Capítulo 1, é apresentado a Introdução, onde são apresentados a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e são elencadas a justificativa, o problema da pesquisa, os objetivos, geral e específicos. No capítulo 2, discutimos mais a fundo a questão da Educação Inclusiva e a escolarização do aluno diagnosticado com Transtorno Espectro Autista apresentando nos itens: 2.1, trajetória da Educação Especial e a Inclusão no Brasil; 2.2, Espectro Autista: Conceitos, contexto histórico; 2.3, Espectro Autista e a Escolarização no Brasil; 2.4, Espectro Autista e a Escolarização no Espírito Santo e no município de Vila Velha; 2.5, O trabalho educativo com os alunos autistas: As práticas em sala de aula regular e no atendimento educacional especializado no município de Vila Velha. Finalizando o capítulo 2, no item 2.6, o aluno autista e os dispositivos legais e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva. Já no capítulo 3, apresentamos a Metodologia, em que apontamos os fundamentos teórico-metodológicos e a descrição de todos os processos realizados na pesquisa. No capítulo 4 foi abordada a discussão dos dados encontrados no decorrer da pesquisa nos itens: 4.1, Vivências na escola junto ao aluno autista na sala de aula de ensino regular; 4.2, Experiências acerca do atendimento educacional especializado (AEE); 4.3, A equipe pedagógica e o entendimento sobre inclusão escolar e finalizando com o tópico 4.4, as perspectivas dos pais no processo de inclusão escolar. No tópico 5 temos as Considerações Finais, onde conseguimos citar sobre os objetivos que foram alcançados ou não no decorrer da pesquisa. E finalizando no tópico 6 com o produto da pesquisa, sua descrição, seus objetivos e para quem foi confeccionado o produto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É fundamental que antes de começar uma abordagem a respeito da Educação Inclusiva se faça um adendo sobre a história da Educação Especial no Brasil. O início da Educação Especial brasileira se dá no final do século XIX, inspirado no Instituto dos Meninos da Cegos¹ da Europa, que era dirigido por Benjamin Constant e os Institutos dos Surdos-Mudos², sob a direção do francês Edouard Huet (Jannuzzi, 2004; Mazzotta, 2005). Instituições essas que tinham como finalidade oferecer educação intelectual, moral e religiosas para os que atendiam.

No século XX, o atendimento as pessoas com deficiência foram realizados através da institucionalização, por escolas especiais que eram mantidas pela comunidade e por classes especiais que existiam dentro das instituições públicas. Os critérios de seleção das deficiências mentais eram vagos, baseados nos aproveitamentos escolares dos educandos.

Em 1949, existiam cerca de 40 unidades de ensino para pessoas com deficiência mental no Brasil. Desses serviços, 27 encontrava-se nas escolas públicas e os demais em instituições particulares ou beneficentes. Como a rede pública não suportava a demanda, notou-se, a partir de 1960, um aumento das instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, as APAEs (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) que atendiam aos casos considerados mais graves de deficiência mental (RODRIGUES, 2008).

Deste modo, nas últimas décadas se tem início um movimento que busca a inclusão social e que além disso tem como objetivo a inserção deste público alvo nas redes regulares de ensino. É a partir deste momento que discussões começam a serem feitas sobre o direito de acesso à educação de forma igualitária.

No ano de 1961, o atendimento as pessoas com deficiência têm o embasamento nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que traz os direitos educacionais aos educandos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente dentro do sistema de ensino comum. A lei nº 5.692/71, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências e que altera a supracitada LDBEN, ao trazer o “tratamento especial” para

¹ Atual Instituto Benjamim Constant (IBC)

² Atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

educandos com “deficiências físicas, mentais, os que estão consideravelmente atrasadas quanto à idade e a matrícula, além dos superdotados”, não consegue promover a um sistema educacional com capacidade de suprir as demandas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e acaba sugerindo o encaminhamento destes para classes e escolas especiais. (BRASIL, 2008).

Em 1973, O Ministério da Educação cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que tem como responsabilidade a gerência da educação especial no país, que alavancou ações em prol das pessoas com deficiência e com superdotação, mas sem perder o caráter assistencialista de suas campanhas e iniciativas isoladas do Estado. Nesta fase, não se tem uma efetivação das políticas públicas de acesso da educação para todos, de um modo universal, permanecendo as questões de políticas tratadas como “especiais” para tratar os educandos com deficiência. (BRASIL, 2008)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, trouxe inovações e garantias aos cidadãos, considerada um marco na história da democracia. Ela versa em seu artigo 3º, inciso IV, sobre um dos seus objetivos fundamentais: “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. ” E a respeito da educação, traz em seu artigo 205, que ela é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Traz também sobre a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” tendo o Estado o papel de garantir, a oferta do atendimento educacional de forma especializada, de preferência em redes regulares de ensino, que é o que versa o artigo 208.

O movimento de integração escolar dos educandos com necessidades educacionais especiais teve início na década de 1970, que sofreu muitas críticas principalmente por não conseguirem atingir o seu objetivo e o processo ter se limitado a simples colocação de pessoas “com deficiência” no mesmo ambiente educativo daqueles ditos “não deficientes”. Como resposta a estas críticas surgiu na década de oitenta a ideia da Educação Inclusiva, que se consolida na década seguinte (MENDES, 2002).

Nos anos noventa a inclusão passou a ser um tema debatido em âmbito internacional, dois eventos tiveram um marco importante nesta trajetória: a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien, Tailândia,

no ano de 1990 e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, realizado pela UNESCO, promovido pelo governo espanhol, em 1994, este último, onde teve como resultado, a importante Declaração de Salamanca.

Esta declaração trata-se de um documento internacional que afirma o compromisso da educação para todos e afirma que as escolas devem acolher todas as crianças, “independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 1994a, p. 3). O presente documento é considerado um marco da Educação Especial, estimulando a ideia de educação inclusiva. Neste mesmo ano de 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, visando as garantias referentes ao atendimento educacional de alunos com necessidades educacionais especiais.

Todo este movimento em prol de uma Educação Inclusiva, foi desencadeada pela defesa de todos os estudantes compartilharem do mesmo momento, juntos, no mesmo ambiente, sem qualquer tipo de discriminação. A Educação na perspectiva inclusiva tem suas origens nos Direitos Humanos, que traz justamente as questões igualdade e diferenças e que conseguem avançar com as ideias de equidade.

Quando a Educação Inclusiva reconhece as dificuldades que se encontram nos sistemas educacionais e junto a ela a necessidade de encarar essas práticas discriminatórias e mais ainda, criar modos de vence-las, ela consegue assumir uma posição de evidência nos debates que acontecem na sociedade atual acerca do papel fundamental que a escola tem na superação da exclusão. Assim, para a construção desse novo modo de incluir, a organização de todo este sistema precisa ser modificada, tanto em sua estrutura, como culturalmente para que cada aluno tenha suas necessidades específicas atendidas satisfatoriamente.

2.1 O TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA: CONCEITOS, CONTEXTO HISTÓRICO

O Transtorno Espectro Autismo (TEA) foi descrito por Leo Kanner³ em 1943 e Hans Asperger⁴ em 1944. Este primeiro identificou uma falta no quesito habilidade das crianças para manterem relações interpessoais e também dificuldade com a fala. Vale ressaltar, que Kanner descreveu as características das crianças com autismo como: Não terem alterações físicas importantes, obsessão em manter a rotina, interesses por fotos, e rituais estereotipados. Em seguida, Asperger incluiu mais alguns pontos, como a falta de capacidade em olhar para o próximo nas trocas sociais (BOSA, 2002).

As primeiras questões que surgiram acerca do autismo diziam que ele era resultado de alguns déficits específicos no cuidado e na interação entre pais e crianças, o que originou a chamada “disfunção do ego”: que para a psicanálise, decorre de uma renúncia do ego em relação ao mundo externo, onde o autista elege a si como objeto de amor. É o que reforça Doria; Marinho; Pereira (2006):

“o transtorno autista está relacionado com falhas envolvendo a função materna e a função paterna. A falha decorrente no processo de desenvolvimento da função materna pode estar relacionada com o não cumprimento dela, ou seja, a mãe ou a pessoa que desempenha este papel não realiza adequadamente a sua função, deixando o bebê sem resposta quando o mesmo lhe pede um retorno. Na função parte, não há um investimento de um terceiro que venha contribuir para a constituição psíquica da criança.”.

E o tratamento dado a este diagnóstico era a psicoterapia dos pais, do indivíduo ou dos dois (GILLBERG, 1990). Os dados epidemiológicos apontam, que o autismo acomete mais crianças do sexo masculino. Em cada 3,5 a 4 meninos, uma menina é diagnosticada com Transtorno Espectro Autismo (KLIN, 2006). Não se sabe ainda os motivos da causa dessa prevalência ser maior no sexo masculino do que no feminino.

Discutindo sobre a epidemiologia, o autismo é considerado um transtorno raro, mas não incomum. Sua ocorrência se dá em média de quatro casos a cada dez mil

³ Leo Kanner, 13 de junho de 1894 - 4 de abril de 1981) foi um psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos. Em 1943 publicou a obra que associou seu nome ao autismo: "Autistic disturbances of affective contact", na revista *Nervous Children*, número 2, páginas 217-250. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum "um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação da mesmice", denominando-as de "autistas".

⁴ Johann "Hans" Friedrich Karl Asperger (Viena, 18 de fevereiro de 1906 – Viena, 21 de outubro de 1980) foi um psiquiatra e pesquisador austríaco. A Síndrome de Asperger deve seu nome a ele.

habitantes, sem distinção entre áreas urbanas e rurais. Frequência maior em homens, valendo ressaltar que quando as mulheres são afetadas, costumam ter um comprometimento mais grave. Incluindo os casos atípicos, principalmente os que tenham ligação a deficiência mental profunda, a incidência pode acometer 10 a 20 casos por 10 mil (GILLBERG, 1990; WOLFF, 1991).

Outros sintomas podem ser associados ao autismo, como é o exemplo da hipercinesia (movimento excessivo do corpo ou de qualquer parte do corpo) ou a hipocinesia (deficiência nas funções ou atividade motoras), distúrbios do sono, alimentares, podem também ser observados em indivíduos autistas, mas são considerados sintomas secundários (LEBOYER, 1995). Vasques (2011) traz um alerta que o diagnóstico deve ser feito baseado nos aspectos comportamentais e, se concomitante a isso houver, por exemplo, a deficiência mental, esta precisa ser diagnosticada à parte, pois não é uma característica universal do transtorno.

O primeiro termo, condutas típicas, foi utilizado pelo Ministério da Educação e abrangia uma rede ampla de sujeitos, incluindo, os alunos com autismo. Essa nomenclatura foi sugerida na elaboração da Política Nacional de Educação Especial, no ano de 1994, e não estava presente em manuais de classificações ou diagnósticos de transtornos mentais que eram utilizados no Brasil (ROCHA; COSTA, 2009). O termo condutas típicas se referiam a educandos com comportamentos ditos inadequados, que geravam dificuldades de adaptação na escola e no relacionamento interpessoal.

O segundo termo que surgiu foi transtornos globais do desenvolvimento, em 2008, adotado a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, dentre os quais encontra-se o autismo. A partir desta publicação os documentos começaram a utilizar as referências do campo médico, mais precisamente dos transtornos mentais, para tratar alunos com autismo como público-alvo da Educação Especial. Neste documento foi incluído alunos com autismo clássico, síndrome do espectro do autismo e psicose infantil.

A Resolução CNE/CEB nº4/2009, que determina quem são os educandos atendidos pela Educação Especial, listou cinco categorias nos transtornos globais de desenvolvimento: Síndrome de Rett, que se caracteriza por uma desordem do desenvolvimento neurológico relativamente rara. O Autismo Clássico, que também é conhecido com o Transtorno Espectro Autismo, que afeta milhões de pessoas em todo o mundo e se caracteriza pelo transtorno do desenvolvimento, que se caracteriza pela

comunicação e desafios sociais, A Síndrome de Asperger que é um transtorno de desenvolvimento que afeta a capacidade de socialização e de comunicação. O Transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses) que geralmente se apresentam tardiamente. A criança não apresenta atrasos no desenvolvimento durante os dois primeiros anos de idade, mas antes de completar os 10 anos de idade, manifesta uma perda significativa das habilidades (linguagem, social, comportamental) já adquiridas, e finalizando com os Transtornos Invasivos sem outra especificação, que é uma categoria residual dos que não se enquadram em nenhum dos diagnósticos supracitados (BRASIL, 2009a). Em relação a descrição deste novo termo, entende-se:

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento caracterizam-se por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento, interesses e atividades (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2002, p. 98).

Na definição apresentada pela Associação Americana de Psiquiatria, se pode observar uma tríade de alterações: nas habilidades de interação social; nas habilidades de comunicação; e estereotípias de comportamento, interesses e atividades.

Em 2013, os manuais médicos DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) até então utilizados foi substituído por uma nova edição chamada, DSM-5. Nessa mudança, ocorreu a mudança da nomenclatura, sendo adotada agora a terminologia transtorno do espectro autista, e a retirada das cinco categorias que estavam entre os transtornos globais do desenvolvimento. A Síndrome de Rett que tinha causa comprovadamente genética, foi suprimida. Por sua vez, a Síndrome de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação “desaparecem sobre a grande gama do espectro autista (SIBEMBERG, 2015, p. 98).

Esta nova denominação estabelece uma mudança no conceito do transtorno, que diminui os três aspectos anteriormente considerados (prejuízo na interação social, na forma de comunicação e comportamentos e interesses restritos e repetitivos) para agora dois: déficit social e de comunicação e interesses em comportamentos repetitivos. Essa alteração tem como objetivo fornecer o diagnóstico de maneira mais

fácil e situar os níveis de severidade para auxiliar no fornecimento do apoio essencial para o desenvolvimento deste indivíduo (APA, 2013).

A escola, além de sua responsabilidade social, é responsável por estabelecer, além de interações sociais, acesso ao conhecimento, produzido e sistematizado. Sua principal função é de realizar a mediação do conhecimento e o processo de ensino e aprendizagem, assim, deve ser um ambiente que traz acessibilidade, aprendizagens e garantias de permanência.

Quando se fala em escolarização, é preciso levar em consideração que existem educandos com diferentes desenvolvimentos e, assim, com tempos diferentes para alcançarem certos conhecimentos e habilidades, gerando a necessidade de se estabelecer estratégias pedagógicas para atender a essa diversidade e garantir a escolarização (BRAUN; MARIN, 2013) ou seja, evidenciando as diferenças que podem acontecer diante da aquisição de conhecimento mediada pela escola.

Até os anos 90, no Brasil, os alunos público alvo da educação especial eram colocados no ensino regular pelo modelo de integração, onde o acesso destes alunos se dava de acordo com suas condições de acompanhar a classe. Este modelo foi substituído posteriormente pela perspectiva da educação inclusiva a partir da política educacional estabelecida internacionalmente (GLAT; PLETSCHE, 2011). As discussões políticas e históricas acontecem paralelamente aos movimentos, que são construídos no sentido de atender essas diferenças que se estabelecem nos grupos de minorias, justificando-se o papel da educação inclusiva.

É importante destacar a importância da inclusão da criança com autismo em contextos sociais que consigam possibilitar a interação com outras crianças da mesma idade. Esse é um modo para a ampliação de suas capacidades de interação. O conviver permite que se possa vivenciar inúmeras situações. Assim, a escola se torna um ambiente privilegiado, que consegue promover espaços de descobertas, aprendizagens e experiências para todas as crianças (CAMARGO; BOSA, 2009).

O ambiente escolar torna-se assim, um local de grande importância para a evolução clínica e cognitiva do aluno autista. Já que as interações com os demais colegas, acaba estimulando seu desenvolvimento e possibilitando-lhes descobertas, contribuindo para o processo de ensino aprendizagem.

2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLARIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO E NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Sobre os documentos que fazem parte do acervo da Subgerência de Educação Especial do estado do Espírito Santo, o atendimento na área no estado teve início em 1957, quando foi criada a classe especial para educandos surdos, no Parque Infantil Ernestina Pessoa, que deu origem, posteriormente, em 1960, a Escola Especial Oral e Auditiva. No ano de 1964, a classe especial criada foi para os deficientes mentais, no Grupo Escolar Suzete Cuendet. Na mesma década, foi criado o Programa de Atendimento ao Deficiente Visual, na Biblioteca Pública Estadual, e em 1970, o Serviço de Educação de Excepcionais na Diretoria do Ensino Fundamental (ESPÍRITO SANTO, 2011).

Através do Decreto nº 917/76, originou-se o Setor de Educação Especial, que estava inserido no Departamento de Educação Supletiva. Em 1980, ocorreu o I Encontro Estadual de Educação Especial e, em 1983, na SEDU, foi implementado o Serviço de Avaliação e Triagem de educandos para classes especiais, formado por uma equipe multidisciplinar (psicólogo, pedagogo, assistente social e fonoaudiólogo) (ESPÍRITO SANTO, 2011).

No ano de 1988, a Educação Especial passa a fazer parte do Departamento de Apoio Técnico e Pedagógico (DAT). Ainda no mesmo ano, frente a necessidade de educadores especializados, foi realizado o 1º Curso de Especialização da Educação Especial, conveniado com a Universidade Federal do Espírito Santo. A partir de 1990, há uma ampliação da universalização da educação, à luz dos indicadores contidos na Declaração Mundial sobre Educação Para Todos de Jomtien (1990), Tailândia, no Plano Decenal de Educação Para Todos (1993) e na Declaração de Salamanca (1994). Vale ressaltar, que nos documentos referidos, são valorizados o desenvolvimento pleno dos potenciais humanos e a inclusão de todos os alunos, os do ensino comum e aqueles que apresentam algum tipo de deficiência (ESPÍRITO SANTO, 2011).

No Espírito Santo, dentre as ações que foram realizadas, tem destaque a criação das salas de apoio para atender os alunos com deficiência mental e dificuldade de aprendizagem, que posteriormente são chamadas de sala de recursos

multifuncionais⁵. Na década de 1990, a equipe responsável pela Educação Especial na Secretaria Estadual de Educação (SEDU), com o objetivo de promover a inclusão, no ensino regular, de todos os alunos público alvo da educação especial, extingue as classes especiais e aumenta o atendimento em salas de recursos (ESPÍRITO SANTO, 2011).

Ainda neste movimento inclusivo, houve a criação da primeira sala de recursos para alunos com superdotação/ altas habilidades, em 1995, no Projeto de Atendimento ao Aluno Talentoso (PAAT), e o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), em 1998, sendo este, resultado de parceria com o Ministério da Educação. Em 2003, aconteceu a implantação da primeira classe hospitalar, na capital, Vitória (ESPÍRITO SANTO, 2011).

O ano de 2001 foi um período com uma aproximação muito forte entre os estados e municípios, no que diz respeito as ações voltadas para a Educação Especial, tendo como consequência, as ações de formação que tiveram como objetivo a promoção de políticas com princípios inclusivos envolvendo toda a comunidade escolar (ESPÍRITO SANTO, 2011).

Entre os anos de 2007 a 2009, aconteceram ações de formação continuada, com uma parceria forte, entre a SEDU, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP) e a UFES, com o objetivo de serem promovidos debates para que se pudesse pensar em direcionamentos para a Educação Especial, nesta perspectiva da educação inclusiva (ESPÍRITO SANTO, 2011).

No Espírito Santo, entre 2002 e 2006, a partir de uma análise quantitativa, os dados do Censo Escolar desse período registraram um progresso nas matrículas de 4.467 para 7.520 educandos que apresentavam necessidades educacionais especiais no ensino regular, demonstrando um importante aumento no número de matrículas. Esse mesmo Censo registra, em 2007, um número total de 7.475 de educandos incluídos no ensino regular. Em 2008, os números aumentaram para 11.858 (ESPÍRITO SANTO, 2011).

⁵ Sala de Recursos Multifuncionais: As salas de recursos multifuncionais são ambientes equipados com mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para oferecer um atendimento educacional especializado que tem por objetivos: Dar condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

O município de Vila Velha atende aproximadamente 1800 alunos público alvo da Educação Especial. Esses alunos são acolhidos por professores com capacitação que utilizam métodos pedagógicos específicos e contam com o suporte das Salas de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). A Secretária de Educação do município (SEMED) executa uma Política Pública de Educação para a Diversidade e Inclusão, que utiliza da perspectiva de atendimento o trabalho de colaboração entre professores da Educação Especial junto do de ensino regular.

Ao todo são 362 professores da Educação Especial em todas as escolas da rede municipal e mais quatro pólos da Educação Especial especificamente para atender diversas especialidades, como: deficiência intelectual, surdez e visual. Além de toda a equipe capacitada e habilitada, os alunos público alvo da educação especial contam com cuidadores escolares⁶, antes somente nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI). Todas essas informações foram retiradas do site da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

O site também dispõe de um arquivo sobre a Educação Especial no município de Vila Velha no ano de 2017, que dispõe de gráficos que apresentam algumas informações interessantes, como: Quantitativo de alunos que recebem algum atendimento em Educação Especial, ao todo são 1890 o número de alunos matriculados na modalidade Educação Especial no município e 300 estudantes matriculados regularmente nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Que na rede são atendidos uma média de 237 alunos com autismo, dentre outras informações.

2.3 AS PRÁTICAS EM SALA REGULAR E NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA-ES

A hegemonia que é trazida na concepção de deficiência, no caso do presente estudo, a intelectual, ainda é baseada nos enfoques clínicos médicos, que afirmam que as limitações e dificuldades pelos sujeitos se dão por uma condição orgânica. Assim, os laudos centralizam-se na deficiência intelectual do educando como uma

⁶ O Cuidador Escolar é responsável pela recepção dos educandos no início do período de aulas, auxilia parcialmente ou realiza junto ao estudante as atividades básicas como: alimentar, vestir, andar ou locomover, realizar higiene corporal, manipular objetos, sentar, levantar transferência postural, escrever, comunicar, orientar espacialmente, brincar, dentre outras.

característica individual, fazendo com que na escola haja uma expectativa baixa por parte dos professores no que diz respeito ao desenvolvimento e aprendizagem desses alunos (CARNEIRO, 2015).

Para que se compreenda melhor todo o processo de escolarização do aluno diagnosticado com alguma deficiência intelectual na escola regular, é importante citar Vigotski (1983), que considera que o desenvolvimento humano se dá nas condições concretas de vida, nos meios sociais, nas relações interpessoais e nos modos de como esses sujeitos são inseridos, independente se tem a deficiência intelectual ou não, trazendo significado de mundo para esse sujeito e favorecendo a sua apropriação cultural. Vigotski mostra que a deficiência por si só não marca o destino da criança e sim o modo como ela é inserida a partir da limitação ou da privação que são submetidos esses sujeitos com relação a experiências sociais, privações essas que trazem consequências de um modo secundário, que já não tem mais a ver com a deficiência, mas sim no desenvolvimento cultural que se torna incompleto ou restrito.

A educação de um modo geral precisa envolver o aluno público alvo da educação especial no que tange a aprendizagem, pautando a valorização e apropriação do conhecimento através de estratégias diferenciadas nas atividades docentes. Assim, o educador precisa conhecer o seu aluno e suas especificidades, como ele age, como interage e criar situações para que o aluno exponha aquilo que sabe, à sua maneira, como pondera Vigotski (2007, p.102): “[...] o ‘bom aprendizado’ é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento”. Ainda de acordo com o autor, “[...] aprendizagem é mais do que a aquisição de capacidades para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas” (VIGOTSKI, 2007, p. 92).

Vale destacar que a ação do educador nesse processo de ensino aprendizagem é caracterizada pela mediação pedagógica, que consiste em uma ação revestida de intencionalidade e sistematicidade. A partir das ideias de Rocha (2005), essas mediações intencionais e explícitas no que diz respeito a aquisição dos conhecimentos de forma sistematizada por todo e qualquer educando. A mediação pedagógica está relacionada diretamente ao ensino escolar e aos pontos que envolvam a sua elaboração. A educação escolar precisa ter como finalidade a possibilidade de que todos os sujeitos que participam dela tenham um desenvolvimento significativo e de maneira diferente, pois o aprendizado escolar, se

constitui em uma atividade importante para alterações dos processos psicológicos e da personalidade dos alunos com deficiência intelectual.

Sobre a legislação, no que tange a inclusão, podemos citar a Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial básica, que em seu Artigo 7º versa sobre o atendimento aos alunos público alvo da educação especial que deverá ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

Já no Artigo 8º esclarece sobre como as escolas devem se organizar para receberem esses alunos: com professores das classes comuns e da educação especial com capacitação e especialização, distribuição dos alunos por entre as classes, para que estas se beneficiem das diferenças e possam ampliar de modo positivo as experiências de todos os alunos, flexibilização e adaptações do currículo, buscando metodologias de ensino diferenciadas, serviços de apoio pedagógico especializados nas classes comuns e nas salas de recursos, protagonismo dos professores nesse processo de inclusão, sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem colaborativa em sala de aula e formação de redes de apoio com todos os atores da comunidade escolar, incluindo a família, temporalidade flexível do ano letivo, de forma que possam concluir o ano letivo (BRASIL, 2001b).

No *site* da Prefeitura Municipal de Vila Velha é possível encontrar alguns pontos considerados de grande avanço para o atendimento do público alvo da Educação Especial, como no ano de 2016, que foi incluído dentre os serviços o atendimento médico de uma neuropediatra atuando em conjunto com o Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da prefeitura com a finalidade de oferecer maiores condições de desenvolvimento aos educandos e potencializar suas habilidades. O acompanhamento médico individual tem o objetivo de auxiliar nas práticas pedagógicas, promover a inclusão e incentivar a independência e autonomia do aluno.

No que diz respeito a legislação sobre a educação inclusiva é recorrente atentarmos sobre a orientação quanto ao atendimento educacional especializado, que nos leva diretamente as demandas relacionadas aos alunos público alvo da educação especial, que apresentam durante o processo de escolarização questões peculiares quanto aos seus processos de ensino e aprendizagem. O Decreto nº.7611/11 versa sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE (Brasil, 2011), que garante uma educação inclusiva em todas as fases do ensino. O objetivo é dar condições de

acesso à escola, de permanência e aprendizagem, retirando toda e qualquer barreira, proporcionando condições favoráveis para a caminhada acadêmica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 (BRASIL, 1996), traz em seu Artigo 59, Parágrafo 2º, sobre o atendimento educacional especializado, especificando que seria feito em escolas, ou serviços especializados, sempre que por motivos peculiares relacionados a condição do aluno, não fosse possível a integração com os demais. Esta perspectiva assume outros pontos, como o debate que acontece mundialmente sobre inclusão de fato e não segregação, e as condições específicas dos alunos não serão mais o foco da avaliação sobre onde ele deverá se escolarizar.

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), já citada anteriormente, norteia que o lugar de acesso à escola é pelo ensino regular, onde o atendimento educacional especializado entra como serviço de apoio.

O AEE tem como objetivo garantir que o aluno permaneça na escola regular, trazendo o primeiro contato com o currículo, através da acessibilidade física, como alterações arquitetônicas, transporte adequado, mobiliário que atenda às necessidades destes alunos, acesso a sistemas de comunicação. Tendo o acesso como consequência, para o ensino, o AEE favorece também no que diz respeito a organização dos materiais didáticos e pedagógicos, adequado aos alunos para que o desenvolvimento acadêmico e pessoal seja efetivamente atingido.

Trabalhar com alunos público alvo da educação especial no espaço de ensino regular exige maneiras diversas de lidar com o processo de escolarização; maneiras que necessitam de compartilhamento em todos os ambientes que oferecerem o AEE. Sendo assim, podemos perceber que existe a necessidade de uma estruturação em rede, na qual os profissionais envolvidos com estes educandos, na sala de aula ou fora dela, ou até mesmo no AEE, precisam ter o discernimento de compartilhar os caminhos essenciais para este educando aprender e se desenvolver.

Porém, não será a formação dos profissionais e nem o AEE que por si só conseguirão preencher todas as lacunas e resolver os problemas que temos diante de todo esse processo de aprendizagem. A escola é um ambiente complexo e precisa ser repensado; como um todo precisa ser melhorada. Azanha (1990, p. 52), reforça esta ideia quando afirma:

Uma escola não é apenas um conjunto de professores. Uma escola é uma entidade social que não é mera reunião de indivíduos com diferentes papéis. [...]

A questão da qualidade do ensino é, pois, uma questão institucional. São as escolas que precisam ser melhoradas. Sem este esforço institucional, o aperfeiçoamento isolado docente não garante que essa eventual melhoria do professor encontre na prática as condições propícias para uma melhoria do ensino.

E vale frisar, que o AEE não é o único ambiente com responsabilidade pelas estratégias de ensino a serem adotados pelos alunos público alvo da educação especial no processo de ensino e aprendizagem. Mas nele, é preciso conter uma atuação efetiva entre os professores, a estruturação de redes para ensinar os alunos em todos os cantos da escola, tanto na sala de aula, quanto no AEE.

2.4 O AUTISMO E OS DISPOSITIVOS LEGAIS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A inclusão que vem acontecendo dentro das escolas é uma das políticas que vem promovendo a escolarização de boa parte dos alunos. Os documentos de origem internacional e a legislação do nosso país têm dado grande contribuição para a difusão de conceitos e normatização das práticas inclusivas, que envolvem, o ensino regular, a Educação Especial, no que tange as instituições públicas e privadas.

Dentre estes documentos internacionais, podemos citar: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959), a Declaração da Conferência Mundial da Educação para Todos (Conferência de Jomtien) (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação (UNESCO, 1994) versam sobre os direitos do homem e sobre o acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais ao ensino regular. O mais recente dispositivo, é o Decreto nº 6.949/2009, que declara a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009b).

No Brasil, os princípios dos documentos internacionais são incorporados pela nossa legislação. Muitas leis e documentos defendem a questão da inclusão, dentre os principais: A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) que estabelecem sobre as ações voltadas para o público alvo da Educação Especial; além de outros documentos, como decretos e portarias que procuram favorecer a escolarização destes indivíduos. O

objetivo central desta lei é o de garantia de acesso, aprendizagem e participação destes sujeitos na instituição de ensino regular, propondo diretrizes específicas.

O Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172 (BRASIL, 2001a, 2014), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001b), Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade (BRASIL, 2003), Programa de Implementação de Salas de Recurso (BRASIL, 2007), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) procurou o resgate da historicidade da educação voltada a pessoa com deficiência no país. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009b) e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- Viver sem Limite (BRASIL, 2011a). Este último, lançado no governo da Presidente Dilma Roussef em 2011 e tinha como objetivo desenvolver ações em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e foi premiado pelo Centro Internacional das Nações Unidas, em 2016, concedido por experiências inovadoras na inclusão (BRASIL, 2011b).

Esses documentos trazem algumas diretrizes no que diz respeito: a garantia de uma inclusão de fato, garantia de que os materiais para o público da educação inclusiva cheguem até seu público alvo e sejam realmente acessíveis, citando nesse contexto também, os meios de transporte adequados, uma rede de atenção à saúde qualificada para atender as pessoas com deficiência, em especial, no que tange a habilitação e reabilitação (BRASIL, 2011a).

Existe uma Nota Técnica nº 04/14 a respeito da não obrigatoriedade da apresentação do laudo diagnóstico para o encaminhamento do educando ao Atendimento Especializado Educacional (AEE) (Brasil, 2014a); e o Plano Nacional de Educação – PNE, que consta na Lei nº 13.005/14 (Brasil, 2014b) que também ratificou nessa questão, sobre a busca da universalização para os indivíduos de 4 a 17 anos ao acesso às salas de recursos multifuncionais, escolas, serviços especializados, dentre outras estratégias associadas a este objetivo; sendo importante ressaltar que tais dispositivos não contemplaram os educandos da educação infantil, de zero a três anos e onze meses.

Mais especificamente sobre o Transtorno do Espectro Autista, foi aprovada em 2012, a Lei nº 12.764 que cria a Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Este documento, legalmente

falando, passou a considerar estes indivíduos como pessoas com deficiência, e ainda, se a necessidade for comprovada, tem direito a presença de um acompanhante especializado junto destes em sala de aula (BRASIL, 2012, parágrafo único).

O fato é que o tema inclusão vem sendo cada vez mais discutido no âmbito socioeducacional. A cada dia são lançadas dezenas de normativas que mostram diretrizes educacionais e políticas para os alunos com necessidades educacionais especiais, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades.

O acesso à educação é um direito previsto na Constituição de 1988 no caput do seu artigo 205, que versa sobre ser um direito de todos e um dever do Estado e da família e que terá a colaboração de toda a sociedade, com o objetivo direto de desenvolvimento da pessoa para que exerçam a cidadania e se qualifiquem para o trabalho (BRASIL, 1988). E mais especificamente no artigo 208, inciso III, traz a abordagem da garantia do Estado sobre a educação especializada aos portadores de deficiência, de preferência na rede regular de educação.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo apresentamos como foi realizada a pesquisa, indicando a metodologia, os sujeitos, procedimentos e materiais que serão utilizados.

Nesta pesquisa foi realizado o estudo de caso, que para Lüdke e André (1986), é um modo de pesquisa que se classifica como, simples ou específico ou complexo e abstrato e precisa ser bem delimitado. Tem sua semelhança a outros, mas apresenta suas distinções, pois é carregado de interesse único, particular e demonstra um potencial na educação. Segundo André (1995), o estudo de caso traz algumas possibilidades para o pesquisador:

(1) quando se está interessado numa instância particular, isto é, numa determinada instituição, numa pessoa ou num específico programa ou currículo; (2) quando se deseja compreender profundamente essa instância em particular em sua complexidade e em sua totalidade; (3) quando se estiver mais interessado naquilo que está ocorrendo e no como está ocorrendo do que nos seus resultados; (4) quando se busca descobrir novas hipóteses teóricas, novas relações, novos conceitos sobre um determinado fenômeno; e (5) quando se quer retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu acontecer natural (ANDRÉ, 1995, p. 51-52).

A opção de tal abordagem se deu pela compatibilidade às características pontuadas pelo autor, ou seja: o acompanhamento de um aluno matriculado no ensino regular e que frequenta a sala de atendimento educacional especializado no contraturno, em uma escola pública do município de Vila Velha. O estudo visa compreender de que modo acontece esta relação e os desafios encontrados no processo de inclusão escolar.

O acompanhamento na sala de aula regular junto a professora, deu-se na observação das intervenções da educadora para com este aluno e como os demais da turma interagem. No percurso da pesquisa foi possível também perceber a relação dos pais com a escola neste processo de inclusão.

3.1 LOCAL E OS ATORES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública de Educação Infantil do município de Vila Velha e a Secretaria Municipal de Educação é responsável pela administração do sistema de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental,

Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. A escolha da escola se deu pela acessibilidade e receptividade proporcionada pela Secretaria de Educação do município e por toda a equipe do presente local.

A unidade de ensino contém 8 salas de ensino regular, que tem seu funcionamento nos turnos matutino e vespertino, também, 1 Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), que funcionam no contraturno. Tem um quadro composto por 60 funcionários, dentre professores, pedagogos, merendeiras, dentre outros. A escola funciona regularmente de segunda à sexta-feira, com a carga horária para o período matutino de 7h às 11h e para o período vespertino de 13h as 17h.

Participaram do estudo um aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista e sua respectiva professora do ensino regular. A escolha deste estudante para a pesquisa se deu por ser o único aluno do turno matutino com laudo médico. A pesquisa foi autorizada pela Secretaria Municipal de Educação, através de documento devidamente entregue a escola para que o acesso fosse dado nos dias combinados e também foi feita uma autorização por escrito dos pais do aluno público alvo da educação especial, que será o sujeito desta pesquisa, permitindo que ele fosse acompanhado nesse processo.

Foi realizado também o acompanhamento deste aluno junto a professora de Educação Especial que atua no contraturno na sala de atendimento educacional especializado, para que seja possível verificar quais as atividades são executadas junto a este educando que está matriculado na turma do Infantil 5, que abriga 23 alunos.

E por último, um encontro com a família deste aluno para uma conversa que possibilite destacar a importância do envolvimento destes para que a inclusão possa de fato acontecer.

Sobre o espaço físico, a sala de aula é ampla, possibilitando que a professora agrupe as mesas quando necessário, atendendo as diversas propostas. A sala também é utilizada pelo turno vespertino. Dentro do espaço existem dois armários, um para cada turno, onde a educadora guarda seus pertences e o dos alunos, como: cadernos e estojos. Tem também duas prateleiras, uma para cada professora, onde utilizam o espaço com revistas, livros e brinquedos.

3.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa se deu entre os meses de setembro a dezembro de 2018, no turno matutino, duas vezes por semana (segundas e quartas-feiras) podendo haver mudanças se necessário, por exemplo, quando tiver algum evento ou aula diferenciada e que seja interessante o acompanhamento. Foi utilizado o método de observação, tendo em vista que esta perspectiva é muito utilizada para que se apreenda comportamentos e acontecimentos no exato momento em que se produzem, sem maiores interferências, por exemplo, de pessoas ou documentos.

A observação inclui o pesquisador dentro de um cenário de tal maneira que ele consiga compreender a complexidade dos ambientes, ao mesmo tempo que faz com que se tenha uma interlocução mais competente. Por este motivo, este método é mais adequado quando se tem como objetivo a análise de comportamento de maneira espontânea e percepção de atitudes não verbais (ZANELLI, 2002).

Uma vez por semana, durante o período de duração da pesquisa, de setembro a dezembro, foi realizado no contraturno (terças-feiras de 13h as 15h) o acompanhamento deste aluno na sala de atendimento educacional especializado, que é o dia reservado a ele, a fim de que se possa acompanhar o trabalho e as atividades realizadas pela professora de Educação Especial no desenvolvimento do educando.

Durante todos os dias, posteriormente após a pesquisa, foi realizado um registro das atividades e os acontecimentos que tenham sido considerados importantes no dia a dia da turma e do aluno público alvo da educação especial, com a finalidade de posteriormente ter tudo separado e de fácil visualização para que conseguir descrever com o máximo de detalhes possível, a vivência durante este período, em um diário de campo que se trata de um registro realizado de forma completa das observações de acontecimentos concretos, relações notadas e experiência pessoais do pesquisador, seu ponto de vista, suas reflexões.

O diário de campo traz uma facilidade no que tange o hábito de observar, descrever e desenvolver a reflexão ao que acontece no dia a dia, por isso, é considerado um instrumento de observação e registro importante. É interessante ainda, que os fatos sejam registrados no diário o mais rápido possível para que seja garantido os detalhes do que se observa (FALKEMBACH, 1987). Foram feitos também, registros fotográficos das atividades e eventos que o educando participar, zelando sempre pela ocultação de sua identidade.

A pesquisa é um estudo de caso, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 64) consiste em:

um sistema limitado e tem fronteiras em termos de tempo, eventos ou processos, as quais nem sempre são claras e precisas; é um caso sobre algo, que necessita ser identificado para conferir foco e direção à investigação; é preciso preservar o caráter único, específico, diferente, complexo do caso; a investigação decorre em ambiente natural; o investigador recorre a fontes múltiplas de dados e a métodos de coleta diversificados: observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, narrativas, registros de áudio e vídeo, diários, cartas, documentos, entre outros.

O questionário utilizado para a coleta de dados é de perguntas abertas, que consistem em perguntas livres, que perguntam a opinião e permitem que o informante tenha liberdade em suas respostas, respondem com suas próprias palavras, sem se limitarem a escolha entre alternativas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Este questionário foi aplicado aos profissionais da área pedagógica (professora da turma regular, da sala de recursos, pedagoga, cuidadora, coordenadora, diretora), com o objetivo de percebermos o que cada um entende como inclusão e se estão cientes de como lidar com um público diferenciado, no caso da presente pesquisa, do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Com relação a mãe do aluno, ela preferiu responder as respostas em formato de entrevista ao invés de escrever as respostas em um papel. Sendo assim, em um dia de aula no AEE, ela foi até a escola e respondeu às perguntas que foram gravadas em forma de áudio no celular.

Os questionários não serão padronizados, sendo abordados em cada um, perguntas que tenham a ver com a sua participação durante o processo de inclusão do aluno autista no ambiente escolar e no caso da família algumas perguntas específicas sobre a descoberta do diagnóstico e o que pensam sobre a importância desse trabalho de inclusão. Ao todo são cinco questionários, com perguntas abertas, divididas da seguinte forma: Para o professor do Atendimento Educacional Especializado, com oito questões abertas, para a cuidadora com sete questões, para a professora do ensino regular, com doze questões, para a equipe pedagógica, com oito questões e para a família com cinco questões. Após a aplicação foram separados e digitados todos os dados para que fosse possível visualizar as respostas de maneira clara e posteriormente fazer a discussão dos mesmos.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A inclusão dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular proporciona um ambiente muito produtivo pela diversidade social que apresenta no desenvolvimento das crianças ali presente. Nas relações do contexto escolar, alguns valores podem ser experiências, como a solidariedade e o respeito ao próximo, principalmente quando há uma inclusão efetivamente. Se a interação entre os educandos é de suma importância para o desenvolvimento, é de responsabilidade da escola trazer essas possibilidades de experiências socializadoras.

4.1 VIVÊNCIAS NA ESCOLA JUNTO AO ALUNO AUTISTA NA SALA DE AULA DE ENSINO REGULAR

O principal objetivo da pesquisa é apresentar como essa inclusão acontece no cotidiano escolar, principalmente na sala de aula regular, na interação entre a professora regente e a equipe pedagógica e também no dia a dia com os colegas. Para começarmos os relatos da vivência, chamou-se o aluno de João e os profissionais por suas respectivas funções.

O meu primeiro dia começou efetivamente acompanhando o João na sala de aula regular. Uma característica marcante da professora regente é justamente que a inclusão realizada por ela com relação ao aluno é total, através de atividades com músicas, contação de histórias, atividades escritas, sempre buscando a interação dos educandos com o aluno público alvo da Educação Especial.

O Transtorno Espectro Autismo tem como uma de suas características principais a dificuldade no que tange a comunicação e a interação social, o que acaba as deixando mais isolada do restante do grupo. Essas habilidades precisam ser trabalhadas de forma gradativa, e com processos de aprendizagem que utilizem diferentes mecanismos, para que o educando construa, a partir de suas vivências, uma compreensão e assim consiga se adaptar ao mundo que o rodeia, o que é de suma importância para a sua socialização futura (RODRÍGUEZ, 2012).

Sobre a escola de educação infantil, vale ressaltar, que atua como um espaço de interação social, assim, se constitui num meio fundamental para que os sujeitos possam se constituir. A inclusão de educandos público alvo da educação especial em

espaços como esses, se relaciona na valorização da diversidade, buscando se adequar a realidade e necessidade destes. Diante dos alunos com necessidades educacionais especiais é preciso proporcionar-lhes mediações ainda mais qualificadas, com relação aos estímulos e desafios, para permitir um melhor desenvolvimento (CARNEIRO, 2006).

No laudo médico apresentado pela família não consta qual é o grau do autismo, mas é uma criança independente, se alimenta sozinho e vai ao banheiro acompanhado, mas não precisa de ajuda para usar o sanitário. Ele compreende o que é dito, obedece aos comandos, mas tem a fala prejudicada.

Sobre a questão da fala e comunicação, é importante frisar que o desenvolvimento da linguagem, se dá pelas interações sociais. O que acaba levando algumas crianças a terem a necessidade de desenvolver formas de se comunicar é a ausência da fala, por exemplo. Utilizando esses mecanismos como um sistema para a aquisição da linguagem (TETZCHNER et al., 2005, p. 158). Nesse contexto, as práticas que buscam a inclusão promovem o desenvolvimento dessas linguagens alternativas em educandos com diversas características, sugerindo vários modos de interação entre os pares.

No que tange os cuidados diários, o João recebe acompanhamento integral de uma cuidadora, desde a hora que ele chega a escola, até a hora de ir embora. Ele já reconhece letras e números, gosta quando a professora canta, ele dança e canta junto. Ouve atentamente a história contada pela educadora e questionado sobre trechos do conto durante a contação, como por exemplo, as cores dos personagens ele responde corretamente.

Copia as atividades do quadro com auxílio, mas termina rapidamente, muitas vezes primeiro que os demais. Quando termina alguma atividade com sucesso, pede palmas para reconhecimento. A professora informou que nem todos os dias ele está dessa maneira, participativo e que no dia anterior, por exemplo, ele estava bastante sonolento. Ela acredita que seja devido aos medicamentos.

Como ele ainda está se habituando com a minha presença, a educadora disse que estava tentando chamar atenção, quando por exemplo ela pediu que todos ficassem em silêncio. Em um primeiro momento ele atendeu ao pedido, mas logo em seguida quando se percebeu em um ambiente silencioso começou a cantar alto e rir, uma postura mais desafiadora com relação a professora.

“Na primeira reunião da escola, os professores falaram que eu teria um aluno bem difícil, ninguém falou algo positivo. Sinceramente fiquei muito assustada e pensando como “daria conta” daquela criança. ” – Professora Regente

A fala acima da professora regente relata o seu primeiro contato junto a escola e as opiniões acerca do aluno João. Em um primeiro momento ela conta ter tido um estranhamento e um sentimento de medo, pois os relatos que faziam sobre o aluno, sobre a sua falta de disciplina, a fizeram questionar se ela conseguiria lidar com ele. Mas ela argumenta que nunca o tratou com diferença, que o seu modo de trata-lo é o mesmo dos demais e que isso acabou fazendo com que ele se adaptasse ao andamento da turma.

Quando questionada sobre o modo como é realizada a inclusão do aluno público alvo da educação especial na sala de aula regular, ela respondeu: *“De forma lúdica, com jogos, brincadeiras, histórias. Criando condições físicas, materiais e ambientais. Posicionar o aluno de modo a favorecer a interação com o professor e o grupo. Dispor de materiais que estimulem o desenvolvimento do raciocínio e funções cognitivas, sempre sob assistência do professor. NUNCA sozinho e fora do grupo. E ter interesse em capacitar essa criança para que a mesma encare com mais segurança e felicidade o ano seguinte. ” – Professora Regente*

Ideia essa que é corroborada por Falkenbach (2015) que afirma que a iniciativa do brincar também é um exercício de estímulo que precisa partir dos educadores. Ajudar o educando a brincar, é desenvolver a iniciativa e confiança, que são características essenciais para a aprendizagem da criança.

A cuidadora dele é bem presente e ativa em todo o progresso que ele alcançou até o presente momento e relatou um pouco do histórico do João. Disse o quanto ele evoluiu com relação ao relacionamento interpessoal, que antes ele não conseguia brincar junto de outros amigos, usava da força quando contrariado, mas que hoje ele consegue brincar e interagir, sendo necessária algumas intervenções neste meio tempo.

“Ele veio para mim com um histórico de muita agressividade, sem controle aparente em sala de aula, difícil relacionamento com os colegas, muitos tinham medo dele devido ao seu comportamento no ano anterior. Ao vê-lo em sala de aula, procurei observar e tentar entender o que se passava no “seu mundo”. Sentei-me ao seu lado e tratei como os demais alunos da idade dele (5 anos). Procurei conversar e quando precisava falar firme e cumprir o que foi dito para que me obedecesse e entendesse.

Por não ficar muito sentado na carteira, corria na sala, não prestava atenção e nem fazia as atividades direito (sem atenção). Agredia os colegas, que tinham medo dele pelo histórico do ano anterior. Era difícil controlar e ficava alerta ao menor sinal de problema. ” - Cuidadora

Fomos ao parquinho onde pude confirmar esse relato (Fotografia 1): ele brinca, mas de vez em quando acaba machucando, mesmo sem querer. Na verdade, essas reações acabam acontecendo devido à dificuldade de comunicação e por consequência, de entendimento dos colegas sobre o que o João está solicitando no momento.

Quando nos deparamos com esses conflitos, ela o chama, questiona se ele pode fazer aquilo, e as consequências de desobedecer, e ele responde tudo, sabe muito bem o que pode ou não fazer. É importante sempre manter o diálogo, ao invés de simplesmente retirá-lo do contexto da brincadeira. Para Bosa (2002) o ato de isolar as crianças com autismo decorre da incompreensão do que está sendo pedido. Em muitos episódios, essa medida foi usada para não interagir, o que desencadeou rupturas nas possibilidades de interação social. Essa barreira na comunicação prejudica as interações, as práticas pedagógicas e em todos os meios onde essa criança se encontra inserida.

Fotografia 1 – João brincando com os colegas no parquinho



Fonte: Arquivo pessoal

Um outro relato que também aconteceu no parquinho, em um momento de interações com os demais é que quando chegamos no ambiente, a primeira reclamação foi dos meninos, que reclamavam que ele estava pegando os brinquedos sem pedir. Ele foi advertido e disse que fez isso porque não tinha um brinquedo. A cuidadora logo providenciou alguma coisa para que ele pudesse brincar, se juntou aos amigos e brincou, sem desentendimentos.

A professora relata sobre a evolução dele e citou justamente a questão de tratá-lo como igual, porque ele tem sim, uma compreensão das regras. *“Penso que o aluno tem que ser tratado como os outros, com uma única diferença: respeitando seus limites. Todos os comandos e direcionamentos feitos a ele deve ser com firmeza, segurança na fala e mostrando limites”*. - Professora Regente

Como estávamos na semana da criança na escola, as atividades eram diferenciadas. Durante uma dessas atividades, algumas turmas foram colocadas no mesmo ambiente para que participassem de jogos e brincadeiras. Um dos alunos de outra turma, estava com uma coroa feita de papel, e ele ficou encantado, queria uma igual de qualquer jeito, e começou a gritar e pedia a coroa do colega.

Uma professora de outra turma, que viu o João chorando muito, fez uma coroa de EVA e deu para ele, que ficou muito entusiasmado. Isso contra a vontade da cuidadora, que na tentativa de inclusão completa do aluno, gosta de ensinar que nem tudo o que queremos, podemos ter. Para a cuidadora, seria essencial que fosse explicado que infelizmente não tinha uma coroa para ele e que o fato de gritar ou chorar não faria com que ele conseguisse uma.

Fomos ao pátio onde estavam montados diversos brinquedos infláveis e pula-pula. Foi muito divertido e o João aproveitou muito, aguardando sua vez nos brinquedos. Pela agitação, as vezes queria passar na frente dos colegas, mas nós sempre o lembrávamos de esperar pela sua vez. As vezes tirava sua coroa da cabeça e dava para alguém segurar, quando percebia que estava sem ela, iniciava uma gritaria até encontrar com quem estava (Fotografias 2 e 3).

Fotografia 2 – João brincando no escorregador



Fonte – Arquivo pessoal

Fotografia 3 – João no pula-pula com os colegas



Fonte – Arquivo pessoal

Nesse mesmo dia, na sala de aula, ao retornar das atividades, João não parava de se olhar no espelho grande que tem dentro da sala de aula. Ele sempre que passa na frente acena, fica se observando, mas com a coroa na cabeça ele se olhava sem parar (Fotografia 4).

Fotografia 4 – João se olhado no espelho



Fonte: Arquivo pessoal

Nesses dias de pesquisa, presenciei um episódio em um dos dias da chegada de João a escola. Houve um contratempo na fila de entrada, em que ele se jogou no chão. A cuidadora estava usando a sua intervenção de sempre, mas a pedagoga interferiu. A cuidadora ficou insatisfeita com a atitude, já que ultimamente ele usava o choro para que suas vontades fossem atendidas e é necessária firmeza para manter a postura. Ele permaneceu um tempo na sala da pedagoga e quando retornou à sala de aula já não correspondia as solicitações da cuidadora, que sempre foi sua referência no que diz respeito a comportamento. Situações como essa acabam gerando certos conflitos. No trabalho desenvolvido com alunos da educação especial é preciso de uma cooperação e comunicação entre os profissionais, de forma interdisciplinar, para que todos tenham uma mesma postura.

Inclusive, a cuidadora na resposta do questionário disse ser a maior dificuldade enfrentada neste processo. *“Minha maior dificuldade esse ano foi a intervenção de*

outras pessoas no modo como eu busquei lidar com ele. O fato de em algumas vezes retirá-lo do lugar onde estava, dizendo que iria pensar no que fez (estando de “castigo”), isso era algo que o deixava bravo, a ponto de chorar, gritar, se jogar no chão, querer fugir, correr, e mesmo assim eu me mantinha firme por saber que fazia parte do processo de entendimento dele, aparecia alguém e o consolava. Com isso, o processo ficava mais lento, causando dificuldade para ele e para mim. Somente quando perceberam que deveriam me deixar conduzir a situação sozinha, que os resultados apareciam”. - Cuidadora

Durante a rotina de atividades no parquinho, uma criança da mesma idade, jogou areia no João, o deixando furioso. É importante pontuar que o mesmo assume uma postura de irritabilidade em situações de conflito com os colegas quando algum educador não chama a atenção de alguma criança como ele acha que deveria. E quando o educador interfere advertindo um outro aluno, da mesma forma que faz com ele, a satisfação é visível. Teve o dia do sorvete na escola e ele adorou. Teve teatro também, mas como era um pouco longo, em dado momento ele desinteressou e começou a pular, levantar, mas nada que atrapalhasse a peça.

Na segunda semana de outubro, era a comemoração das professoras, a turma ficou alguns minutos sob responsabilidade da estagiária, que sugeriu uma brincadeira de força de meninos contra meninas. Os meninos falavam letras tentando acertar as palavras. E eu logo pedi para a estagiária chamar o João para participar e falar uma letra, e o ajudei com uma letra que sabia que fazia parte da palavra. A alegria ao acertar e ver os amigos comemorando fez a alegria dele completa, e quando ele fica feliz, tem o hábito de correr pela sala ou pelo ambiente em que está e pedir palmas, foi muito legal.

No almoço desse dia, acabou mordendo um colega, mas logo foi repreendido e a cuidadora responsável disse que ia deixa-lo pensando e ele sempre responde com consciência do que o que fez foi errado e já sabendo a consequência, as vezes ele tenta mudar o foco dizendo: "EU AMO! ", quando é questionado pelo motivo que o levou a bater no colega.

Em um dia de formação dos professores a cuidadora ficou responsável pela sala na ausência da professora regente, e resolveu fazer um show de calouros. Foi perguntado aos alunos quem queria participar das apresentações de canto e os demais que não quiseram ficaram como jurados. O João que em um primeiro momento não demonstrou interesse de se apresentar para os colegas, ficou como

jurado. Mas quando ele viu todos cantando, começou a resmungar e quando perguntei, ele disse que queria cantar também. E ele cantou “Parabéns a Você”, ganhou uma estrelinha e ficou muito feliz ao ser aplaudido pelos amigos (Fotografias 5 e 6).

Fotografia 5 – João cantando para a turma



Fonte: Arquivo Pessoal

Fotografia 6 – Colegas assistindo à apresentação de canto



Fonte: Arquivo Pessoal

Desde que eu cheguei a sala para realizar a minha pesquisa, todos os dias ele pedia o meu celular para ver mapas, eu dizia que não tinha. Quem tem o hábito de deixar ele mexer é uma outra professora, e nesse dia ela ficou com ele durante o lanche da cuidadora e deu o celular para ele ver o mapa que ele tanto falava e eu nunca entendia muito bem o que era. É o Google Maps, e interessante a inteligência do João com relação a esse aplicativo. Ele encontra a casa dele, shoppings, pontos turísticos, de uma forma muito rápida. Depois conversando com a cuidadora, ela me disse que ele tem muita facilidade com essa parte tecnológica.

Na sala, quando descemos para o parque, todos os dias um aluno fica responsável por levar a caixa de copos para o refeitório, porque na volta, antes de lanche eles bebem água. Na volta do lanche ele quis de qualquer jeito subir com a caixa, e a professora autorizou. Ele ficou todo feliz andando na frente da fila (Fotografia 7).

Fotografia 7 – João levando a bandeja de copos para a sala de aula



Fonte – Arquivo pessoal

A ida ao Projeto Tamar foi uma experiência maravilhosa (Fotografia 8 e 9). Os alunos estavam esperando ansiosamente por este dia, e estavam todos felizes e entusiasmados. O João se comportou muito bem, ficou atento as explicações, subiu nas réplicas das tartarugas que imitavam os tamanhos reais. Admirou as tartarugas

marinhas no aquário, ficou falando “ovo” se referindo aos ovos das tartarugas, foi o “comandante” do navio, lanchou e ao final brincou no parquinho. Foi só encantamento. Se comportou muito bem e interagiu com os colegas e em todas as atividades.

Sobre o quesito interação, a escola pode ser destacada como um espaço que favorece o desenvolvimento infantil, tanto pela questão da convivência com outras crianças quanto pelas importantes mediações feitas pelo professor, que favorecem a aquisição de novas competências e habilidades das crianças. De acordo com Höher Camargo e Bosa (2012), a escola dá a oportunidade de contato, proporcionando o desenvolvimento do aluno autista, assim como das demais crianças que estão inseridas nesse meio, na medida em que convivem com as diferenças e acabam aprendendo muito com elas. Silva e Facion (2008) reiteram que todos os alunos vão ganhar no processo, por terem a oportunidade de conviver com o diferente.

Fotografia 8 – João observando a tartaruga



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 9 – João tirando foto com as colegas na réplica da tartaruga



Fonte: Arquivo pessoal

Finalizando a vivência na sala de aula de ensino regular, no questionário apresentado a professora regente, traz um questionamento a respeito da opinião pessoal da educadora sobre o que de fato consiste a educação inclusiva, e a sua resposta foi: *“Essa tal de inclusão, penso eu, que seja algo fictício, pois na realidade ela não é vista por parte de alguns educadores como inclusiva, e sim como um problema. A criança deveria ser conduzida dentro de suas limitações, mas como os demais alunos. Receber estímulos para que possa se sentir importante, que é capaz, que dentro de seus limites ela vai conseguir. Mas não tenho visto isso. Na maioria das instituições de ensino, os profissionais que lidam com essa criança não são capacitados, até mesmo o professor regente não é capacitado pelas instituições. O educador que realmente se dispõe em fazer o melhor por esse aluno tem que buscar por conta própria, estudar sobre o assunto. Mas infelizmente, o sistema muitas vezes inibe esse educador, impedindo-o de participar das formações que são dadas exclusivamente aos professores dessa área. Todos os professores têm contato diário com esse aluno e deveriam receber capacitação.”* – Professora Regente

O conceito de que se trata a inclusão escolar ainda é uma questão a ser enfrentada pelos educadores nas escolas, pois é preciso tempo para ser colocado em prática, é necessário também a mudança de paradigmas e concepções por parte dos professores, e de um projeto que seja aderido por toda a escola e ao mesmo tempo, é preciso uma mudança de práticas, que permitam o acesso de alunos público alvo

da educação especial, garantindo assim, sua permanência nos espaços de ensino regulares. Rosseto (2005, p.42) complementa com a seguinte ideia:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Reafirmando justamente o que foi discutido até o presente momento. Quando se fala de inclusão escolar, não se pode tratar com uma ação de curto prazo, é preciso que as mudanças sejam feitas aos poucos, que o real significado desse termo seja entendido por todos os que convivem no âmbito escolar.

4.2 EXPERIÊNCIAS ACERCA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

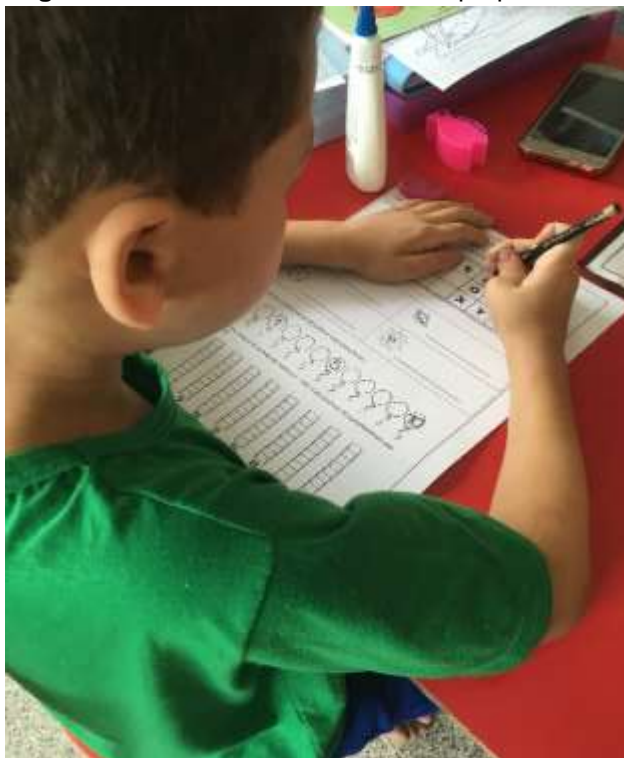
No primeiro dia no Atendimento Educacional Especializado fui muito bem recebida pela professora de educação especial do contraturno. O aluno atendido e sujeito da presente pesquisa, tem 5 anos de idade e tem o laudo com diagnóstico de Espectro Autista. Segundo a professora ele não sabe ler, mas sabe escrever. Nas atividades reconhece as letras e os números (1 a 10), tem boa coordenação motora fina, pinta os desenhos dentro dos espaços indicados, gosta de montar quebra cabeça (Fotografia 10).

A professora explica que ele melhorou muito a concentração, e que antes ficava contrariado quando não conseguia montar um quebra cabeça, por exemplo, mas que hoje, com várias tentativas, ele tem êxito no que se propõe a fazer. Interage bem e consegue se comunicar verbalmente. A professora explica e destaca a importância da professora do ensino regular que inclui de fato este aluno, o que é muito importante neste processo de evolução e também a participação ativa dos pais.

“A escola dispõe de um professor de Educação Especial que faz as primeiras mediações junto ao professor de sala regular do aluno atendido, temos também um cuidador que fica com essa criança em tempo integral para ajudá-la com os cuidados relacionados a higiene pessoal, alimentação e locomoção. E nossa escola possui uma

sala do AEE que disponibiliza em horário para que o aluno possa comparecer no contraturno”. - Professora AEE.

Fotografia 10 – João fazendo atividade proposta no AEE



Fonte: Arquivo pessoal

Na maioria das aulas que acompanhei, tivemos a companhia de uma aluna de 10 anos, com Síndrome de Down. A escola, apesar de ser de educação infantil usa seu AEE para contemplar alunos de escolas de ensino fundamental vizinhas. O João no primeiro encontro com essa aluna, gostou muito da companhia, se apresentou, mas ficou irritado porque ela terminava as atividades com números mais rápido do que ele. Ele queria desenhar, assim como ela estava fazendo, mas o desenho era uma etapa que aconteceria apenas para os alunos que terminassem as atividades. Ele tem dificuldade em escrever os números e estava bem agitado, prestando atenção no desenho da colega. Depois que terminou, fez o seu desenho e finalizaram a aula assistindo a um desenho animado.

O que percebi durante essa vivência no Atendimento Educacional Especializado (AEE) é que quando o João está em algum espaço com outros alunos, e esses não estão fazendo as atividades e sim brincando, ele começa a ficar inquieto e perde o interesse no que está fazendo. Ao final da aula, pegou um martelo de brinquedo e acertou a cabeça de um outro colega autista (mais severo), que chorou

muito. Quando questionado ele negou que fez algo e só dizia: “EU AMO!”, como sempre faz quando agride um colega. Foi até lá e começou a pedir desculpas. Quando a professora disse que contaria ao pai dele, o semblante mudou, ficou apavorado.

A professora do AEE em uma conversa, afirmou que os pais dele no início do ano eram mais participativos e que a comunicação e alfabetização do João melhorariam e muito com um acompanhamento mais intenso com o fonoaudiólogo, hoje ele faz na APAE.

Vale frisar que na abordagem histórico-cultural o aluno é o sujeito ativo de seu desenvolvimento (GÓES, 1997). Entretanto, o foco desse processo é a apropriação da linguagem pelo educando, através do contexto sociocultural em que está inserido, o que possibilita a sua autonomia e independência.

Aconteceu um episódio bem interessante no encontro deste dia: pela manhã eu sujei minha calça com massinha e fiquei tentando limpar, e falando com ele que havia me sujado. De repente a tarde ele me olha, aponta para minha calça e diz: lavou? Eu nem me lembrava mais. Achei muito curioso como o acontecimento ficou marcado para ele.

A professora do AEE me mostrou um desenho lindo que ele fez sobre o Meio Ambiente e o capricho na pintura. Quando ele está calmo, ele faz as atividades devagar, buscando sempre a perfeição em cada detalhe (Fotografia 11).

Fotografia 11 – Desenho realizado por João



Fonte: Arquivo pessoal

4.3 A EQUIPE PEDAGÓGICA E O ENTENDIMENTO SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR

Durante o processo de pesquisa dentro da escola, conforme citado na metodologia deste trabalho, a equipe pedagógica formada pela diretora, pedagoga e coordenadora disciplinar receberam um questionário com as mesmas perguntas, que tratavam sobre o entendimento de ambas sobre o autismo e a inclusão escolar.

A respeito do Transtorno Espectro Autismo (TEA), as respostas de ambas foram bem similares, informando que o autismo é um transtorno global do desenvolvimento que começa na primeira infância. O Transtorno do Espectro Autista tem como principal sintoma a dificuldade de interação social e comunicação.

Quando falamos sobre os fatores elas consideram que a escola contribui para o desenvolvimento do trabalho com alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autismo, cada um deu o seu ponto de vista:

“Na escola conseguimos desenvolver nosso trabalho em equipe e isso faz com que o desenvolvimento pedagógico de inclusão aconteça com mais facilidade.” - Diretora

“Me dando a oportunidade de desenvolver o meu trabalho através de uma parceria com a professora, cuidadora e uma estagiária, de poder estar com elas nos momentos de intervenção, pois o acompanhamento do autista requer atendimento de forma individualizada de acordo com as suas necessidades. O estudante autista deve estar no centro desse conjunto de métodos que visam uma educação satisfatória e que contribua com a intervenção direta do pequeno. O material adaptado depende de cada criança, ou seja, do que ela já sabe; e a partir das dificuldades que ela tem, o professor deve trabalhar esses pontos e estabelecer algumas metas, regras e combinados que visem o aprendizado do aluno”. – Pedagoga

“São grandes os desafios na práxis escolar para auxiliar no avanço educacional do aluno autista. Mas, considero que alguns avanços que favoreçam à inclusão de alunos autistas, na escola de ensino regular, foram atingidos. Reconheço que em sua maioria, esses avanços, ficam à mercê do trabalho individualizado de alguns professores, não sendo uma real política. Fatores que julgo ser de grande importância a esse desenvolvimento educacional do aluno autista, são ações tais como: formações específicas da área; avanço nas políticas públicas que visam garantir os direitos do aluno autista; contratações de profissionais especializados; formação acadêmica específica.” – Coordenadora

Com relação a fala da coordenadora a respeito da necessidade de formações específicas para os educadores, Nóvoa (2002, p. 51) destaca que:

[...] os professores confrontam-se com a necessidade de reconstruir a sua identidade profissional, a partir de uma interrogação sobre os saberes de que são portadores e sobre a definição autónoma de normas e de valores. A formação contínua pode desempenhar um papel decisivo neste processo de produção de uma nova *profissionalidade docente*, na dupla perspectiva dos saberes e dos valores.

Desse modo, pode-se afirmar que a formação da identidade docente está ligada não somente ao conhecimento técnico obtido pelo profissional ao longo dos anos, mas ao conjunto de seus valores, desde a sua formação inicial até a continuada, e também à diferenciação objetiva e clara da sua importância da sua atuação na sociedade.

Quando falamos sobre a importância do relacionamento família e escola o entendimento de seus benefícios e da facilidade do aprendizado do aluno quando existe essa troca é unânime entre as profissionais: *“Sim, pois é a complementação do que desenvolvemos no ambiente escolar, as intervenções que são feitas com a colaboração da família facilitam o nosso trabalho. A relação família e escola é extremamente significativa”*. – Diretora

“É importante dizer que para tudo isso acontecer se faz necessária uma parceria entre os pais e escola, pois devem andar sempre juntos e no mesmo caminho”. – Pedagoga

“A importância da relação família/escola é muito grande para o desenvolvimento de qualquer criança. No caso da criança autista isso é imprescindível. A família precisa estar ciente das abordagens educacionais da sala de aula para estimular e reforçá-las”. – Coordenadora

Discutindo sobre um contexto nacional, questionamos se elas acreditam que o nosso ensino público está preparado para englobar crianças com autismo, provendo estas de uma aprendizagem de qualidade e as respostas foram as seguintes: *“Não, pois não disponibilizam profissionais qualificados para trabalhar com os alunos. Faltam mais formações específicas. A área que mais fica a desejar é a da saúde, onde esses alunos ficam sem nenhum atendimento que lhe é necessário, como: terapia ocupacional, fonoaudiólogo, neurologista, fisioterapeuta, uma equipe multidisciplinar”*.

- Diretora

“Não, pois a nossa Constituição é verbalmente maravilhosa, porém ainda muitos paradigmas a serem desvendados. Profissionais da Educação e Saúde ainda precisam de mais suporte para o conhecimento do TEA.” – Pedagoga

“Não podemos dizer que não tem ocorrido avanços nas políticas públicas que visam garantir os direitos e deveres dos alunos autistas. Mas, para as políticas públicas efetivarem-se no “chão das escolas”, precisamos percorrer um caminho ainda muito desafiador.” – Coordenadora

Diante da visão negativa da equipe da pedagógica ao serem questionadas a respeito do contexto nacional e do preparo do ensino público para atenderem a essa demanda do público alvo da educação especial, no tocante ao assunto inclusão escolar, é importante ressaltar a ideia de que ela não terá efetividade apenas por meio de uma reforma de ideias e pensamentos e da postura da instituição escolar.

Ela de fato trará resultados quando houver investimentos em formação inicial e continuada dos educadores que seja capaz de “[...] torná-los capazes de conceber e de ministrar uma educação plural, democrática [...] como são as escolas para todos” (MANTOAN, 2003, prefácio x).

Assim, este movimento que busca consolidar de fato a educação inclusiva, onde todos os rótulos dados a esses educandos sejam superados e que a segregação de espaços não seja necessária, mas a educação seja comum a todos, pensado para todos e por todos. O movimento precisa ser dinâmico, de modo que sociedade e escola, educadores e alunos, governos e leis, trabalhem com um mesmo objetivo com o objetivo de suprir todas as necessidades sociais, políticas e educacionais dos sujeitos.

E finalizamos questionando quais são as maiores dificuldades encontradas neste percurso da Inclusão para o aluno diagnosticado com TEA, e elas responderam:

“O maior desafio que vejo hoje é mostrar para as pessoas envolvidas com o aluno, a sua capacidade de aprender e desenvolver suas habilidades. A maioria das pessoas acreditam que é autista e pronto, “não vai passar disso”. E não é bem assim, claro que existem casos e casos, mais se for estimulado vai conseguir desenvolver suas habilidades que já estão intrínsecas nele, apenas precisa ser despertada por alguém”. - Diretora

“A escola ainda não é um lugar organizado, adaptado e solidário para atender todos os alunos com Transtorno do Espectro Autismo, pois sabemos que ele possui

níveis/graus. Ainda faltam políticas públicas e profissionais capacitados para assegurar esses direitos aos portadores de necessidades especiais”. - Pedagoga

“Considero muitos os desafios para uma real efetivação da inclusão do aluno autista à uma trajetória escolar. A começar pela família que muitas vezes demora em reconhecer a necessidade da criança e quando reconhece, demora em aceita-la. Muitas famílias não sabem lidar com a situação apresentada. Após ser vencida a etapa da família, que também engloba a questão problemática do diagnóstico, já que as condições para isso são dificultosas devido ao nosso sistema de saúde tanto público quanto privado, as crianças esbarram nas dificuldades do nosso sistema educacional que alguns já foram mencionados acima”. – Coordenadora

Com relação aos desafios e dificuldades apresentados nas respostas dos profissionais da equipe pedagógica, é de conhecimento de todos que são inúmeras as barreiras encontradas pelo educador na sua prática escolar, os obstáculos existem de modo considerável (SAMPAIO; MARIN, 2004), a falta de estrutura encontrada por esses profissionais acaba não atendendo às necessidades dos alunos público alvo da educação especial e nem do próprio professor.

O espaço escolar de um modo geral dificilmente atende às peculiaridades: com relação aos materiais para a utilização, que geralmente se apresentam inadequados (no caso de quando se tem esse material disponível); a grande quantidade de alunos em uma sala de aula, que acaba comprometendo a qualidade do ensino; a parte física da escola que nem sempre corresponde as necessidades dos seus educandos; a falta de investimento e aprimoramento do profissional por questões de desvalorização salarial; carga horária de trabalho excessiva, dentre outras questões. (LOURENCETTI, 2004; SINISCALCO, 2003)

No que tange a Educação Inclusiva, os entraves são ainda maiores, mas ações voltadas para o reconhecimento e respeito desse público estão sendo bastante promissoras em diversos países e se dão de modo nem tão rápido como deveria, mas de uma maneira constante no Brasil.

A medida que tivermos conhecimentos mais profundos acerca dos direitos que dão impulso ao trabalho da escolarização junto ao aluno público alvo da educação especial e acompanhamos os resultados advindos de pesquisas na área, se torna intrínseco ao educador, dar melhores condições de aprendizagem e conseqüentemente de desenvolvimento a esse aluno, para que possa ser desenvolvido a autonomia, superando suas dificuldades.

4.4 AS PERSPECTIVAS DOS PAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Desde que iniciei meu processo de observação na escola, a participação ativa dos pais sempre foi um ponto muito elogiado por parte dos professores e equipe pedagógica. Preocupados com o desenvolvimento e presentes na escola contribuindo com aprendizagem de seu filho. Através do dia a dia da pesquisa, pude conhecer os pais do Joao e iniciamos uma conversa desde a aceitação do diagnóstico do filho até os dias atuais. Conversei pessoalmente com a mãe dele, já que ela optou em responder o questionário pessoalmente, em forma de entrevista, ao invés de escrever, como os demais participantes.

E a primeira pergunta que fiz a ela foi a respeito de como ela descobriu, de como o João foi diagnosticado pelo médico. Ela me contou das dificuldades enfrentadas no parto e relatou que: *“quando ele tinha 3 anos, ele não falava muito e resolvemos marcar uma consulta com o neurologista da APAE que passou alguns exames, examinou e deu o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autismo.”* A mãe relata não ter tido nenhum problema com relação ao diagnóstico, que só de vê-lo correndo e brincando, já é o suficiente. Diferentemente do que geralmente acontece com a maioria das famílias. De acordo com Buscaglia (1993), os sentimentos mais comuns encontrados nos pais no momento da descoberta são culpa, vergonha, medo, incerteza e depressão.

Com relação ao apoio da escola e a contribuição no desenvolvimento, ela disse: *“A escola ajuda em tudo. Antes da escola ele era mais tímido e mais ciumento, depois que entrou na escola começou a conviver com outras crianças e ficar mais “solto”.*” E que entendia por Inclusão Escolar o seguinte: *“Quando tem crianças que estudam em escolas assim, elas ficam excluídas, eles não dão a mínima, deixa sentado lá, separado. Não chamam para fazer as atividades com as outras crianças, e aqui eles incluem, tem a professora do AEE que ajuda, todas atividades que ele participa é tudo com as crianças, coreografias, tudinho. O meu filho, ele é tratado como toda criança.*”- Mãe

Diante desse relato trazemos a ideia de Blanco e Glat (2007, p. 17) que afirmam a esse respeito que:

Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser, mais do que um espaço para convivência, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. O

objetivo desta proposta é a possibilidade de ingresso e permanência do aluno na escola com sucesso acadêmico, e isso só poderá se dar a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

E encerra apontando a importância da relação família e escola para o melhor desenvolvimento do aluno autista: *A comunicação entre a escola e família melhora tudo. A partir do momento que eles falam alguma coisa que tem que acertar, então é para o bem, a gente procura acertar, porque é melhor para o futuro da criança.* - Mãe

A importância da relação entre família e escola é destacada pela Declaração de Salamanca (AIELLO, 2002), e a sintonia entre as partes asseguraria uma participação ativa dos pais desses alunos na tomada de decisão e no planejamento da parte educacional dos seus filhos, com a adoção de uma comunicação aberta. De um modo geral, os pais demonstram em alguns momentos insatisfações com relação a escola, que acabam não atendendo suas expectativas. Entretanto, a maioria dos familiares considera a escola um ambiente que proporciona um desenvolvimento integral dos filhos (GLAT, 2003).

E de fato o convívio dos alunos público alvo da educação especial na escola, junto com outras crianças, proporciona um efetivo desenvolvimento e evolução, que é notado pela família, que deixa claro que a parceria entre escola e família é imprescindível para a obtenção de bons resultados.

5 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DA PESQUISA

A cartilha digital foi desenvolvida de maneira a representar em suas páginas informações relevantes a respeito do Transtorno Espectro Autismo (TEA), como a sua definição, os sinais característicos dos indivíduos com esse diagnóstico, sobre o direito garantido por lei do acesso ao autista nas escolas e estratégias pedagógicas para ter uma abordagem mais eficaz respeitando suas limitações.

O objetivo é que consiga auxiliar na escola os profissionais que não tiveram contato com alunos diagnosticados com TEA e que consigam assim, esclarecer os principais pontos e nortear os educadores e os envolvidos nesse processo, a terem um ponto de partida para o convívio com esse educando uma vez que, o relato dos educadores é a insegurança quando terão em suas turmas alunos com o diagnóstico de Espectro Autismo.

A cartilha é destinada a todos os profissionais que estão inseridos no contexto escolar, como: professores, equipe pedagógica (diretor, pedagogo, coordenador), cuidador, estagiário e todos aqueles que tenham o interesse de acessar o conteúdo para que possam sanar dúvidas a respeito do aluno autista. Destacamos também que o material ficará disponível na escola onde a pesquisa foi realizada, bem como será encaminhada a Secretaria de Educação do Município uma cópia da pesquisa e do *e-book* com a finalidade de auxiliar profissionais da área, pessoas interessadas e para que possa ser distribuída entre as escolas da rede, se esse for o desejo da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Através de toda a pesquisa desenvolvida com a escola foi pensado em criar um *e-book*, um livro digital, que disponibiliza o seu conteúdo para ser acessado através de equipamentos eletrônicos como computadores, *notebooks*, *tablets*, entre outros, desde que disponham de recursos técnicos próprios para a reprodução do material em seu formato virtual. A finalidade maior é tentar contribuir de alguma forma com os profissionais da educação que estão inseridos no processo, beneficiando assim alunos, professores, comunidade escolar e família para que todos possam compreender o Espectro Autista.

A experiência de elaboração da cartilha demonstrou que o material escrito pode trazer uma contribuição muito importante para o desenvolvimento de habilidades e favorecimento da autonomia do profissional. É de suma importância que se crie,

desenvolva e se produza um material de qualidade e que consiga alcançar as necessidades dos profissionais que fazem parte do processo escolar, buscando sempre esclarecer as dúvidas a respeito das práticas e da abordagem necessária a ser feita com o aluno. Consideramos também que o produto poderá contribuir com a formação desses profissionais, preparando-os para atuar no contexto em que estão inseridos. Para finalizar, a educação necessita de mais acolhimento e cuidado e respeito com o outro. A educação não necessita de julgamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nova cultura nas escolas precisa ser construída, a cultura da valorização das diferenças, onde haja a garantia de acesso, a aprendizagem e a participação de todos os alunos dentro da instituição escolar. A presente pesquisa destacou a importância da participação de todos os atores do processo escolar, inclusive dos pais, para que esse processo tenha efetividade.

É possível ver alguns avanços com relação aos educandos que são diagnosticados com Transtorno Espectro Autismo, que precisam ser incluídos no cotidiano escolar. Recentemente foi criado um termo contemporâneo: Educação Inclusiva. É muito comum essa dita inclusão ser confundida com integração. Colocar os alunos com necessidades educacionais especiais na mesma sala de aula dos alunos do ensino regular não significa que a inclusão está acontecendo, apenas integrar este educando não é o suficiente. É preciso que a didática seja a mesma, que as atividades não precisem ser mais fáceis, mas sim adaptadas a cada limitação.

Constatamos com a presente pesquisa que a educação inclusiva na sala de aula regular dessa escola é presente, a professora regente junto a cuidadora, trabalham com um mesmo objetivo, ampliar ao máximo o desenvolvimento do aluno, o tratando como igual dentro de suas limitações. É muito explorado o aprendizado de forma lúdica, com canções, contação de histórias e atividades que envolvam o imaginário. É possível perceber a evolução diária dele diante dessa inclusão.

Assim, é preciso pensar na aprendizagem, o aluno seja ele público alvo da educação especial ou não, e não se contentar com a simples ida a escola dos alunos com o objetivo de fazê-lo ler e escrever, ou interagir com os colegas, mas ir além, (re) pensar as práticas, os modelos de escola que são ofertadas nos dias de hoje. A partir dessa perspectiva, notamos, que a educação de um modo geral precisa rever seus conceitos e implantar políticas, práticas e culturas de fato inclusivas, ou seja, considerar a vivência na diversidade, sem deixar de considerar a singularidade de cada um.

Com relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) o objetivo de verificar a atuação dessa vertente dentro da escola foi alcançado, as idas do educando duas vezes por semana no contraturno me permitiu verificar que esse momento a mais

de acompanhamento proporcionado pela rede municipal colabora para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do aluno.

Foi importante também, principalmente, identificar a importância da família ativa no processo de ensino aprendizagem junto a escola. De pais que não se ausentam devido a condição de seu filho, muito pelo contrário, se interessam por seu desenvolvimento e estão sempre presentes em busca de melhoria de qualidade de vida para a criança e com o objetivo de proporcioná-lo um futuro melhor.

Como resultado do presente trabalho desenvolvemos uma cartilha digital que contém informações acerca do Transtorno Espectro Autismo (TEA), como os sinais característicos dos indivíduos, os direitos garantidos por lei e estratégias pedagógicas que devem ser adotadas para que o trabalho realizado com alunos com autismo se torne mais eficaz. A cartilha pode ser acessada por todos os profissionais que participam do contexto escolar.

A diferença é intrínseca a condição humana e sua valorização precisa acontecer no âmbito educacional, com o objetivo de inserir todos os educandos nas relações sociais. É preciso de investimentos em processos inclusivos, como a capacitação dos professores, oferecimentos de materiais que atendam a esse público, condições físicas nas escolas, para que se amplie as possibilidades de participação dos alunos público alvo da educação especial ao convívio social, sem que haja a segregação em instituições especiais, mas que contribua para que de fato, essas crianças sejam consideradas cidadãs. Para que isso aconteça, o trabalho interdisciplinar precisar acontecer com efetividade, o que se percebeu que ainda é uma problemática a questão da falta de comunicação entre os profissionais com relação a abordagem junto a esse aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIELLO, A L.R. **Família inclusiva**. In: PALHARES, M.S e MARINS, S.C.F. Educação Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. São Paulo: Papyrus, 1995.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5th ed. Arlington: American Psychiatric Association; 2013.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-IV-TR: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BLANCO, Leila de Macedo Varela; GLAT, Rosana. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, Rosana (org.) Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BOSA, C. **Autismo: Atuais interpretações para antigas observações**. In: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. Autismo e Educação: reflexão e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Portaria 037, de 31 de março de 2010**. JESUS, Denise Meyrelles de. **Política de Educação Especial no Espírito Santo: Subsídios para Reflexão**. In: **Política Educacional do Estado do Espírito Santo: a educação é um direito**. Org. Elia Bartolozzi Ferreira. Vitória: SEEB/SEDU, 2004, v.I UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008;

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994a.

_____. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/ decreto/d6949.htm>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília, DF: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. **Lei n. 10172, de 10 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação.** Brasília, DF: INEP, 2001a.

_____. **Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2011.** Brasília, DF. 2001b

_____. **Conselho Nacional de Educação.** Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Programa educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília, DF: 2003.

_____. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Edital n. 1, de 26 de abril de 2007. Programa de implantação de salas de recursos multifuncionais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF, 2008.

_____. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 190, p. 17, 05 out. 2009a. Seção 1.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.** Brasília, DF: 2011a.

_____. (2011b). **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Decreto nº 7611. Brasília.

_____. (2012). **Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Decreto nº 8368.** Brasília.

_____. (2012). **Dispõe sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 12.764.** Brasília.

_____. (2014a). **Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar**. Nota Técnica nº. 04. Brasília.

_____. (2014b). **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Lei nº 13.005**. Brasília.

Braun, P., Marin, M. (2013). **Ensino colaborativo com prática de inclusão escolar**. In R. Glat & M. D. Pletsch, Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais, (pp. 49-64). Rio de Janeiro: EdUERJ.

CAMARGO, S.P.H.; BOSA, C.A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.21, n.1, p.65-74, 2009.

CARNEIRO, M. S. C. **A deficiência mental como produção social: de Itard à abordagem histórico-cultural**. In: BAPTISTA, C. R. Inclusão e escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 137-152.

CARNEIRO, M. S. C. **A deficiência intelectual como produção social: reflexões a partir da abordagem histórico-cultural**. Trabalho apresentado na 37ª Reunião Anual da ANPED, GT-15: Educação especial, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT15-4079.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

CHICON, J. F. *et al.* **Educação Física e Inclusão: A mediação pedagógica do professor na brinquedoteca**. **Movimento Revista da Escola de Educação Física da UFRGS**, v. 22, n. 1, 279-292. Porto Alegre, 2016.

DORIA, N. G. D. M., MARINHO, T. S., FILHO, U. S. P. **O Autismo no enfoque psicanalítico**. 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e Profissional para a rede estadual de ensino do Espírito Santo**. Junho, 2011.

FALKEMBACH, Elza M. F. **Diário de Campo: um instrumento de reflexão**. Contexto e Educação. Universidade de Ijuí. ano 2. nº 7, julho /set 1987.p. 19-24.

FALKENBACH, A. P. **Crianças com crianças na psicomotricidade relacional**. Lajeado: Univates, 2005.

GILLBERG, C. - **Infantile autism: diagnosis and treatment**. *Acta Psychiatr Scand* 81:209-215, 1990a.

Glat R., & Pletsch, M. D. (2011) **Inclusão escolar de alunos com necessidade especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

GLAT, R. **Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais**. Anais do 9º Congresso Estadual das APAES de Minas Gerais.

GÓES, M.C. As relações intersubjetivas na construção de conhecimentos. In: GÓES, M. C. R. et al. **A significação nos espaços educacionais**. Campinas: Papirus, 1997, p. 11-28.

HÖHER CAMARGO, S. P.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.28, n.3, p.315-324, 2012.

Jannuzzi, 2004, **Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**, Campinas, Autores Associados.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev.Bras. Psiquiatr.** vol.28 (supl I), 11, 2006.

LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**. São Paulo: Papirus, 1995.

LOURENCETTI, G. C. **Mudanças sociais e reformas educacionais: repercussões no trabalho docente**. 2004. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Araraquara.

Lüdke M, André MEDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU;1986.

MACEDO, P.; CARVALHO, L. & PLETSCHE, M. **Atendimento Educacional Especializado: Uma Breve Análise das Atuais Políticas de Inclusão**. P. 35-45. In: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (Orgs.). **Educação Especial e Inclusão Escolar: Reflexões Sobre o fazer pedagógico**. Seropédica, RJ: Ed. Da UFRRJ, 2011.

MANTOAN, M.T.E. Prefácio X. In: **Educação inclusiva: contextos sociais**. Peter Mittler, Tradução Windyz Bazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Mantoan, Maria Teresa Eglér, **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. 1. Reimpressão, São Paulo: Summus, 2015.

Mittler, P. **Working towards inclusivn education: social contexts**. Londres: David Fulton, 2000.

Mazzotta, 2005, **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**, 5.a ed., São Paulo, Cortez Editora.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M.S.; MARINS, S. (Orgs.). **Escola Inclusiva**, São Carlos: EDUFSCar, p. 61-85, 2002.

NÓVOA, A. C. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. ONU, 1948.

ONU. **Declaração universal dos direitos da criança**. ONU, 1959.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **A Educação Especial: Vila Velha. Núcleo de Educação Especial – PMVV.** Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/setor/educacao/educacao-especial>. Acesso em: 10 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Vila Velha oferece atendimento inovador para alunos com necessidades especiais.** Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2016/10/vila-velha-oferece-atendimento-inovador-para-alunos-com-necessidades-especiais-10589>. Acesso em: 29 out. 2018.

Prodanov C.C; Freitas E.C.F. (2013) **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE

ROCHA, M. S. P. de M. L. **Não brinco mais: a (des)construção do brincar no cotidiano educacional.** 2.ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2005.

ROCHA, M. M.; COSTA, M. da P. R. da. **Condutas típicas na Educação Especial: histórico, conceituação vigente e TDAH.** In: COSTA, M. da P.R.da. (Org.). *Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes.* São Carlos: EdUFSCar, 2009, p.63-82.

Rodrigues, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Marante In: *Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Filho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.*

RODRÍGUEZ, C. H. (2012) **Influencia e importancia del juego em el desarrollo de niños con autismo de 0 a 6 años.** Instituto Superior de Estudios Psicologicos. Disponível em: <https://www.isep.es/wp-content/uploads/2014/07/influencia-e-importancia-del-juego-en-el-desarrollo-de-ninos-con-autismo-de-0-a-6-anos.pdf>. Acesso em Março de 2019.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão...falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. **Educação especial: olhares interdisciplinares.** Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p.1203-1225, Set./Dez. 2004.

SIBEMBERG, N. **Atenção com o diagnóstico:** a suspeita de autismo nem sempre se confirma. In: JERUSALINSKY, A. (Org.). *Dossiê autismo.* São Paulo: Instituto Langage, 2015, p. 94-105.

SILVA, M. F. M. C.; FACION, J. R. **Perspectivas da inclusão escolar e sua efetivação.** In FACION, J.R. (Org.). *Inclusão escolar e suas implicações.* 2ª ed. Curitiba: Ibpex, 2008. p.185-216.

SINISCALCO, M. T. **Perfil estatístico da profissão docente.** São Paulo: Moderna, 2003.

TETZCHNER, S. V. et al. **Inclusão de crianças em educação pré-escolar regular utilizando Comunicação suplementar e alternativa**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 11, n. 2, p.151-184, mai./ago. 2005.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien)**. Tailândia: Unesco, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

VASQUES, C.K. **Uma leitura sobre o atendimento educacional especializado de alunos com transtornos globais do desenvolvimento: diálogos sobre o acontecer da compreensão**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Prática pedagógica na Educação Especial multiplicidade do atendimento educacional especializado, 6. , 2011, Nova Almeida. **Anais...** Nova Almeida-ES. SNPEE, 2011. v. 1. p. 1-16. 1 CD-ROM.

Wolff, S. - **Childhood autism: its diagnosis, nature and treatment**. Arch Dis Child 66: 737-741, 1991.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas III: historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Madri: Visor, 1983.

———. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANELLI, J. C. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas**. Estudos de Psicologia, v. 7, p. 79 - 88, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionários

1. Questionário aplicado aos professores (AEE)

Formação:

Tempo de Atuação:

1. O que é autismo?
2. Como foi o seu primeiro contato com o seu aluno autista?
3. Em que áreas você acredita que estimula e contribui para melhorar o desenvolvimento de seu aluno autista?
4. Em que áreas que você encontra mais dificuldade?
5. Em que fatores você considera que a escola contribui para o desenvolvimento do seu trabalho com seu aluno autista?
6. Em relação aos comportamentos e interesses, quais observa com mais frequência em seu aluno autista?
7. Qual a importância do Atendimento Educacional Especializado para a aprendizagem e inclusão do aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autismo?
8. Diante de todo o seu aprendizado, limitações, e principalmente da sua profissão, o que você tem a dizer para um profissional que recebe um aluno autista em sua sala regular de ensino?

2. Questionário aplicado aos professores (Cuidadora)

Formação:

Tempo de Atuação:

1. O que é autismo?
2. Como foi o seu primeiro contato com o seu aluno autista?
3. Em que áreas você acredita que estimula e contribui para melhorar o desenvolvimento de seu aluno autista?
4. Em que áreas que você encontra mais dificuldade?
5. Em que fatores você considera que a escola contribui para o desenvolvimento do seu trabalho com seu aluno autista?
6. Em relação aos comportamentos e interesses, quais observa com mais frequência em seu aluno autista?
7. Qual é o grande desafio quando falamos em Educação Inclusiva do aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autismo, especificamente, em sala de aula regular?

3. Questionário aplicado aos professores (Professora Ensino Regular)

Formação:

Tempo de Atuação:

1. O que é autismo?
2. Como foi o seu primeiro contato com o seu aluno autista?
3. Em que áreas você acredita que estimula e contribui para melhorar o desenvolvimento de seu aluno autista?
4. Em que áreas que você encontra mais dificuldade?
5. Em que fatores você considera que a escola contribui para o desenvolvimento do seu trabalho com seu aluno autista?
6. Em relação aos comportamentos e interesses, quais observa com mais frequência em seu aluno autista?
7. Para você, em que consiste a Educação Inclusiva?
8. De que modo é realizada esta inclusão na sala de aula de ensino regular?
9. Você percebe entre os alunos algum tipo de discriminação para com este aluno com Transtorno do Espectro Autismo? Se sim, qual a intervenção realizada?
10. Considera que os pais recorrem a escola para esclarecimento/apoio da criança com autismo?
11. Qual é o grande desafio quando falamos em Educação Inclusiva para o aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autismo, especificamente, em sala de aula regular?
12. Diante de todo o seu aprendizado, limitações, e principalmente da sua profissão, o que você tem a dizer para um profissional que recebe um aluno autista em sua sala regular de ensino?

4. Questionário aplicado a Equipe Pedagógica (Pedagogo, Coordenador e Diretor)

Formação:

Tempo de Atuação:

1. O que é autismo?
2. Como foi o seu primeiro contato com o seu aluno autista?
3. Em que fatores você considera que a escola contribui para o desenvolvimento do seu trabalho com alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autismo?
4. A relação família/escola pode ser fundamental para que o aluno consiga aprender significativamente? De que forma?
5. Quais os mecanismos utilizados pela escola para a inclusão deste aluno com Transtorno do Espectro Autismo?
6. Em um contexto nacional, podemos dizer que nosso ensino público está preparado para englobar crianças com autismo, provendo estas de uma aprendizagem de qualidade? Por quê?
7. A grande diversidade de deficiências traz muitos desafios para a escola e para os professores. Muitos argumentam que não estão preparados e que as escolas não têm condição para promover a inclusão dos alunos. Qual é a sua opinião a respeito?
8. Qual é o grande desafio quando falamos em Educação Inclusiva para o aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autismo?

5. Questionário aplicado aos pais

1. Como foi diagnosticado o Transtorno do Espectro Autismo do seu filho?
2. Em que fatores você considera que a escola contribui para desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro Autismo?
3. O que você entende por Inclusão Escolar?
4. Você consegue perceber alguma evolução do seu filho no decorrer do ano que atribui ao trabalho realizado na escola? Se sim, quais?
5. Para você, qual é a importância da relação família e escola para o melhor desenvolvimento do seu filho?

APÊNDICE B – Cartilha “O que você precisa saber sobre o Transtorno do Espectro Autismo e seu processo de Inclusão Escolar”





O que você precisa saber sobre o Transtorno do Espectro Autismo e seu processo de Inclusão Escolar

Nathália Bermudes Alves da Silva

**O QUE VOCÊ PRECISA
SABER SOBRE O
TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**



O QUE É O AUTISMO?









O Transtorno Espectro Autismo (TEA) foi descrito por Leo Kanner em 1943 e Hans Asperger em 1944. Este primeiro identificou uma falta no quesito habilidade das crianças para manterem relações interpessoais e também dificuldade com a fala. Vale ressaltar, que Kanner descreveu as características das crianças com autismo como: Não terem alterações físicas importantes, obsessão em manter a rotina, interesses por fotos, e rituais estereotipados. Em seguida, Asperger incluiu mais alguns pontos, como a falta de capacidade em olhar para o próximo nas trocas sociais (BOSA, 2002).

O Autismo é um Transtorno Global do Desenvolvimento (também chamado de Transtorno do Espectro Autista), caracterizado por alterações significativas na comunicação, na interação social e no comportamento da criança. Essas alterações levam a importantes dificuldades adaptativas e aparecem antes dos 03 anos de idade, podendo ser percebidas, em alguns casos, já nos primeiros meses de vida.

E o tratamento dado a este diagnóstico era a psicoterapia dos pais, do indivíduo ou dos dois (Gillberg, 1990). Os dados epidemiológicos apontam, que o autismo acomete mais crianças do sexo masculino. Em cada 3,5 a 4,0 meninos, uma menina é diagnosticada com Transtorno Espectro Autismo (KLIN, 2006). Não se sabe ainda os motivos da causa dessa prevalência ser maior no sexo masculino do que no feminino.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SINAIS DE AUTISMO?

Cada pessoa com autismo tem características próprias, mas existem alguns sinais que costumam ser mais comuns (alguns podem estar presentes e outros não, com intensidade e gravidade diferentes em cada caso). A seguir apresentamos **alguns sinais importantes que podem indicar a presença de traços autistas**, e que podem ser percebidos no ambiente familiar, social e escolar:

-  O relacionamento com outras pessoas pode não despertar seu interesse;
-  Age como se não escutasse (Ex: Não responde ao chamado do próprio nome);
-  O contato visual com outras pessoas é ausente ou pouco frequente;
-  A fala é usada com dificuldade, ou pode não ser usada. As palavras ou frases podem ser repetidas no lugar da linguagem comum (ecolalia);
-  Movimentos repetitivos (estereotípias) podem aparecer;
-  Pode não demonstrar envolvimento afetivo com outras pessoas;
-  Pode ser resistente a mudanças em sua rotina;
-  O que acontece a sua volta pode não despertar seu interesse;

👉 Crises de agressividade ou auto agressividade podem acontecer.

Porém, atenção, esses sinais são apenas indicativos, o diagnóstico deve ser feito por profissionais especializados, a partir da utilização de técnicas próprias, como entrevistas e observação clínica.

OS PAIS TAMBÉM PRECISAM DE AJUDA?

É muito difícil para os pais que têm filhos com autismo enfrentarem essa situação, principalmente quando recebem o diagnóstico. Nos momentos difíceis, orientações de um profissional qualificado podem ajudar muito.

Os pais também podem contar com a ajuda de pessoas próximas ou que tenham experiência com situações semelhantes. O importante é que essas pessoas saibam compreender e acolher os pais da melhor forma, sem críticas ou julgamentos.

A psicoterapia, bem como outras formas de acompanhamento terapêutico podem ser indicadas para auxiliar os pais na compreensão do que está acontecendo e do que estão sentindo, inclusive acolhendo sentimentos comuns, como negação, raiva, rejeição, culpa, frustração, ressentimento etc. **Quando os pais estão bem eles podem ajudar ainda mais seus filhos.**



**O DIREITO À EDUCAÇÃO
DAS CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISMO**

Conforme o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, já que toda a criança e adolescente têm direito à educação para garantir seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1990).

O QUE É ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO?

O Decreto nº.7611/11 versa sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE (Brasil, 2011), que garante uma educação inclusiva em todas as fases do ensino. O objetivo é dar condições de acesso à escola, de permanência e aprendizagem, retirando toda e qualquer barreira, proporcionando condições favoráveis para a caminhada acadêmica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 (BRASIL, 1996), traz em seu Artigo 59, Parágrafo 2º, sobre o atendimento educacional especializado, especificando que seria feito em escolas, ou serviços especializados, sempre que por motivos peculiares relacionados a condição do aluno, não fosse possível a integração com os demais. Esta perspectiva assume outros pontos, como o debate que acontece mundialmente sobre inclusão de fato e não segregação, e as condições específicas dos alunos não serão mais o foco da avaliação sobre onde ele deverá se escolarizar.

O QUE É INCLUSÃO ESCOLAR?

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (BRASIL, 2008).

Na proposta de educação inclusiva todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, de preferência sem defasagem idade-série.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR?







A principal importância é considerar as características de cada criança, garantindo o convívio entre crianças e adolescentes com e sem deficiência, com aprendizado do respeito e da tolerância às diferenças. Como força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade também inclusiva.

**ESTRATÉGIAS
PEDAGÓGICAS PARA
ALUNOS COM
TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISMO**



A instituição escolar torna-se inclusiva à medida que aceita a diversidade que faz parte do seu alunado e a ela retorna com uma eficiência pedagógica. Para que se tenha uma boa resposta as necessidades educacionais dos educandos, que constitui condição essencial a inclusão, é necessário que haja adequações aos diversos elementos curriculares, de maneira que seja possível atender as peculiaridades de cada um. É preciso flexibilizar o ensino, adotando métodos diferenciados e adequar ações educativas de modo que os alunos aprendam, considerando sempre o processo de ensino aprendizagem que pressupõe atender as demandas dos alunos público alvo da educação especial (BRASIL, 1999).

Diante disso são sugeridas algumas estratégias, tais como:

-  Adequação da proposta pedagógica a faixa etária; Verificação do que reza os PCNs (MEC) para que seja adaptado ao aluno.
-  Eliminação dos estímulos concorrentes para orientar melhor a atenção da criança em sala de aula (não deixar muito perto de portas, janelas, evitar muita decoração nas paredes, deixar somente o material que for usar à vista, etc);
-  Oferecer regras claras e visuais (associar gestos, imagens, fotos e objetos a dica verbal).
-  Oferecer atividades da forma mais estruturada possível, com poucos objetivos por vez. É melhor oferecer várias tarefas curtas do que poucas tarefas longas.
-  Incluir em todas as propostas, a estimulação da comunicação (o que não precisa significar somente FALA).
-  Para levantar a adaptação curricular, levante o que a

criança gosta de fazer e quais são as habilidades. Diante disso, veja uma forma de inserir estas motivações no currículo.

✎ Ensine que cada espaço tem a sua função. O lanche é no refeitório (e não dentro da sala de aula); fazer as necessidades fisiológicas, é no banheiro; etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 - ECA. Brasília, DF.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. - Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1999.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: 2008;

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF: 2011a.

BOSA, C. Autismo: Atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. Autismo e Educação: reflexão e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Gillberg, C. - Infantile autism: diagnosis and treatment. Acta Psychiatr Scand 81:209-215, 1990a.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. Rev.Bras. Psiquiatr. vol.28 (supl I), 11, 2006.

Núcleos Especializados da Infância e Juventude, de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Cartilha direitos das pessoas com autismo

1ª Edição - Março de 2011.